

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E INVESTIGAÇÃO OPERACIONAL



O efeito da crise económica na Banca – Caso Banif

Marta Duque Maia

Mestrado em Matemática Aplicada à Economia e Gestão

Trabalho de Projeto orientada por:
Prof. Dr^a. Raquel João Fonseca

2017

Agradecimentos

Este espaço é dedicado aos que, direta e indiretamente, deram o seu contributo para que este trabalho fosse realizado. A todos eles deixo o meu agradecimento e profundo reconhecimento, por todas as palavras de incentivo nos momentos de ansiedade e insegurança, em particular:

À coordenadora do Mestrado em Matemática Aplicada à Economia e Gestão, Professora Dr.^a Teresa Alpuim, agradeço a oportunidade e o privilégio que tive em frequentar este mestrado.

À Professora Dr.^a Raquel Fonseca, um obrigada enorme pela orientação dada, pelo entusiasmo, motivação e compreensão demonstradas. Por todas as dúvidas e inquietações que teve de ouvir e, por fim, pela calma e paciência que nunca deixou de ter.

Às minhas chefias e colegas de trabalho, um obrigada especial pela forma com que me receberam e cuidaram até hoje. Em especial, ao Dr. Carlos Fernandes, Dr. Carlos Marques, Dr. Rafael Pessoa, e Dr. Rui Sarroeira – os meus professores fora da faculdade – pela disponibilidade e simpatia que têm para me ensinar.

Aos meus amigos, em especial à Filipa Bandeira, por todas as conversas – à beira de ataques de nervos – que me fizeram nunca desistir.

Aos meus pais, irmã e familiares, pela orientação e educação que me deram, pela alegria que manifestaram em todos os momentos da minha vida, por estarem sempre presentes e disponíveis, por todas as ajudas que me deram e por todo o carinho que me dão.

Por último, mas não menos importante, ao meu futuro noivo pela motivação que me deu para concluir este ciclo de estudos. Pela paciência e tolerância, não só desde sempre mas principalmente nos últimos meses. Pelas palavras de confiança e por acreditar em mim em todos os momentos.

Por tudo, a minha maior gratidão.

Espero que, com esta etapa que agora termino, consiga retribuir e compensar todo o carinho, apoio e dedicação que ofereceram.

A todos, dedico este trabalho.

Resumo

No ano de 2008, desencadeou-se uma crise nos mercados financeiros a nível mundial, que resultou na perda da confiança dos investidores e na falta de liquidez nos bancos, afetando famílias, empresas e a economia mundial em geral.

Portugal foi um dos países que sofreu com esta crise, entrando no contexto do mecanismo europeu de estabilização financeira apenas em 2010. Foi neste contexto, assim como do impacto no setor bancário português, que o Banif – Banco Internacional do Funchal, SA foi um dos bancos que sofreu uma reestruturação, analisada ao detalhe neste trabalho projeto.

O plano de reestruturação oferecia, por parte do Estado português, capital ao banco - 1,1 mil milhões de Euros - em troca de algumas imposições, uma vez que o montante concedido correspondia a 10 por cento dos seus ativos ponderados pelo risco.

Ao banco, cabia apenas cobrir todos os seus custos, garantindo uma rentabilidade adequada aos seus capitais próprios e respeitar os limites propostos nas projeções financeiras incluídas na Decisão de Resgate. Após o reembolso total da ajuda estatal, previa-se o regresso à viabilidade do banco, conseguido através de medidas internas e da identificação das causas das dificuldades e pontos fracos.

O presente trabalho projeto tem, como principal objetivo, o estudo das demonstrações financeiras dos últimos dez anos – 2005 a 2015-, com ênfase nos principais rácios financeiros e na determinação dos motivos que levaram à necessidade de recapitalizar o banco, bem como a análise da reestruturação do banco português Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, que aconteceu a janeiro de 2013, e que culminou com a resolução no final do ano de 2015.

Conclui-se, demonstrando como foram cumpridos, ou não, todos os requisitos e projeções indicados no plano de reestruturação, como também apresentando o ponto de vista dos clientes e acionistas do banco, após a resolução do mesmo.

Palavras-chave

Banca, Crise Económica, Banif, Medida de Resolução, Reestruturação.

Abstract

In 2008, a crisis on the financial market was triggered at a worldwide level that resulted on the loss of trust of the investors and lack of liquidity on the banks that affected families, companies and the world economy.

Portugal was one of the countries that suffered with this crisis, joining the European mechanism of financial estabilization in 2010. It was in this context and the impact it had on the banking sector in Portugal that Banif - Banco Internacional do Funchal, SA was one of the banks that suffered a restructured, analyzed in details in this project.

The restructuring plan offered, by the Portuguese State, capital to the bank- 1,1 thousand millions of Euros - in exchange of some impositions, since the amount granted corresponded to 10 per cent of the assets weighted by the risk. The bank was only responsible to cover his costs, ensuring a proper rentability to his equity, respect the proposed limits on the financial projections included in the Rescue Decision. After the total refund of the State help, it was predicted the return of viability of the bank, through internal measures and identifying the cause of difficulties and weak points.

This project main goal is to study the financial demonstrations of the last ten years - 2005 to 2015 -, with special attention to the main financial ratios and the determination of the reasons that led to the necessity of recapitalization of the bank as well as the analysis of the restructuration of the Portuguese bank Banif - Banco Internacional do Funchal, SA, that took place on January of 2013 and ended up with the resolution in the end of 2015.

This project is concluded demonstrating how the requirements and projections indicated on the restructuration plan were fulfilled or not, as well as the point of view of the clients and the shareholders, after the resolution of the bank.

Keywords

Banking, Economic crisis, Banif, Resolution Measure, Restructuring.

Índice

1.	Introdução.....	1
2.	Mercados Financeiros.....	5
	Mercado Cambial	5
	Mercado Monetário	5
	Mercado de Capitais	7
	A crise do <i>suprime</i>	8
3.	Crescimento Económico.....	10
4.	Banif – Banco Internacional do Funchal, SA.	14
	A estrutura do Grupo.....	14
	A História do Banif - 1988 - 2012.....	15
	Cronograma	18
5.	A Reestruturação no Banif (2013 – 2015).....	20
	Os motivos da Reestruturação	20
	Os Princípios da Reestruturação do Banif.....	21
	Medidas de Recapitalização	22
	Ações Especiais	22
	Títulos híbridos.....	22
	Os Principais objetivos e Projeções financeiras	23
6.	Análise Financeira.....	25
	Balanço.....	25
	Crédito Bruto e Imparidade	26
	Ativos do Tesouro	28
	Total do Ativo	28
	Depósitos	29
	Rácio empréstimos/depósitos	30
	Capitais Próprios	31
	Ativos ponderados pelo risco	32
	CT1	32
	Demonstração de Resultados.....	33
	Rendimento e despesas com juros.....	34
	Total de receitas.....	35
	Custos Operacionais	36
	Lucros depois de impostos	37
	ROE (rentabilidade de capitais próprios)	38

NIM (margem de juros líquida).....	39
Relação custo/rendimento	39
7. Condições da resolução	42
Após intervenção.....	42
8. Conclusão.....	45
Ponto de vista dos clientes.....	47
Ponto de vista dos acionistas	47
9. Referências Bibliográficas	48
10. Anexos.....	50
Balanço.....	50
Demonstração de Resultados Consolidados.....	52
Crédito a Clientes	53
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos.....	54
Operações de Capital Próprio.....	54

Lista de Tabelas

Tabela 5.1 - Objetivos e Previsões – Balanço – uni: milhares	24
Tabela 5.2 - Objetivos e Previsões - Ganhos e Perdas – uni: milhares	24
Tabela 6.1 - Crédito a Clientes (Resumo)	26
Tabela 6.2 - Rácio Imparidade / Crédito	27
Tabela 6.3 - Evolução do Total do Ativo	29
Tabela 6.4 - Evolução do Crédito a Clientes.....	29
Tabela 6.5 - Detalhe da Evolução do Resultado Operacional	36
Tabela 6.6 - Apresentação gráfica das projeções analisadas - Balanço – uni: milhares.....	41
Tabela 6.7 - Apresentação gráfica das projeções analisadas - Demonstração de Resultados – uni: milhares	41
Tabela 8.1 - Apresentação gráfica das projeções analisadas – Balanço – uni: milhares	46
Tabela 8.2 - Apresentação gráfica das projeções analisadas - Demonstração de Resultados – uni: milhares	46

Lista de Ilustrações

Ilustração 1.1 - Fluxos de Fundos nos Mercados Financeiros.....	3
Ilustração 2.1 - Evolução do Dólar Americano e da Libra face ao Euro.....	5
Ilustração 2.2 - Evolução da Euribor.....	6
Ilustração 2.3 - Evolução da Libor.....	7
Ilustração 2.4 - Evolução PSI20 vs. Euro Stoxx.....	8
Ilustração 3.1 - Taxa de variação homóloga do PIB.....	10
Ilustração 3.2 – Importação e Exportação em Portugal.....	11
Ilustração 3.3 - Valor bruto da produção em Milhões de Euros.....	11
Ilustração 3.4 - Taxa de desemprego.....	12
Ilustração 3.5 - Remuneração base média em Portugal.....	12
Ilustração 3.6 - Evolução da Poupança.....	13
Ilustração 4.1 - Estrutura do Grupo Banif 2008.....	14
Ilustração 4.2 - Estrutura do Grupo Banif 2010.....	14
Ilustração 4.3 - Estrutura do Grupo Banif 2012.....	15
Ilustração 4.4 - Estrutura do Grupo Banif 2014.....	15
Ilustração 4.5 - Evolução do Capital Próprio.....	17
Ilustração 4.6 - Cronograma dos principais acontecimentos desde 1988 a 2016.....	19
Ilustração 5.1 - Evolução do Resultado líquido do Exercício.....	20
Ilustração 6.1 - Estrutura do Balanço.....	25
Ilustração 6.2 - Evolução do Crédito a clientes e das imparidades em Crédito Concedido.....	27
Ilustração 6.3 - Projeções do Crédito a Clientes e Imparidades em Crédito Concedido.....	27
Ilustração 6.4 - Relação da Imparidade em relação ao Crédito Bruto.....	28
Ilustração 6.5 - Rácio entre Imparidade e Valor de Crédito Bruto.....	28
Ilustração 6.6- Evolução dos Depósitos.....	30
Ilustração 6.7 - Projeções Depósitos.....	30
Ilustração 6.8 - Evolução do Rácio Empréstimos / Depósitos.....	30
Ilustração 6.9 - Projeções Rácio Empréstimos / Depósitos.....	30
Ilustração 6.10 - Evolução dos Capitais Próprios.....	31
Ilustração 6.11 – Projeção Capital Próprio.....	31
Ilustração 6.12 - Evolução dos Ativos ponderados pelo risco.....	32
Ilustração 6.13 - Evolução dos Ativos ponderados pelo risco.....	32
Ilustração 6.14 - Evolução do rácio CT1.....	33
Ilustração 6.15 - Evolução do rácio CT1.....	33
Ilustração 6.16 - Estrutura da Demonstração de Resultados.....	33
Ilustração 6.17- Evolução da Margem Financeira.....	34
Ilustração 6.18 - Projeção NII.....	35
Ilustração 6.19 - Evolução do Produto Bancário.....	36
Ilustração 6.20 - Projeção do Produto Bancário.....	36
Ilustração 6.21 - Evolução do Resultado Operacional.....	37
Ilustração 6.22 -Projeções Resultado Operacional.....	37
Ilustração 6.23 - Evolução do Resultado do Exercício.....	37
Ilustração 6.24 - Projeções do Resultado do Exercício.....	37
Ilustração 6.25 - Evolução do ROE.....	39
Ilustração 6.26 - Evolução da relação Custo/Rendimento.....	40
Ilustração 6.27 - Projeção da relação Custo/Rendimento.....	40

Lista de Abreviaturas

BCE – Banco Central Europeu

BdP – Banco de Portugal

BES – Banco Espírito Santo

BST – Banco Santander Totta

CRD - *Capital Requirements Directive* – Diretiva relativa ao acesso à atividade das IC e ao regime de supervisão IC e EI

CGD – Caixa Geral de depósitos

CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

CT1 - *Core Tier 1*

EI – Empresas de investimento

Euribor - *Euro Interbank Offered Rate*

FMI - Fundo Monetário Internacional

IC – Instituições de Crédito

Libor - *London Interbank Offered Rate*

NCA - Normas contabilísticas ajustadas

m– Milhares

M – Milhões

mM – mil milhões

Rácio de capital (*Tier 1*): medida de solvência calculada através do quociente entre os Fundos Próprios Base e os Ativos e Extrapatrimoniais ponderados pelo risco;

Rácio *Core Tier 1*: medida de solvência das instituições financeiras, calculada através do quociente entre os (Fundos Próprios Base - Títulos de participação - Empréstimos subordinados) e os Ativos e Extrapatrimoniais ponderados pelo risco.

DGComp - Direção-Geral da Concorrência, entidade da Comissão Europeia

PIB - Produto Interno Bruto

PME – Pequenas e Médias Empresas

UE – União Europeia

1. Introdução

Diz a História que, quando o Homem deixou o seu estado nómada, começou a ter os seus próprios cultivos e criações. Foi então que nasceu a necessidade de adquirir bens que não tinha por troca dos bens que possuía em excesso.

O comércio nasce com esta troca direta de bens. As sociedades criaram feiras, locais onde cada um levava os seus bens excedentes e ia em busca de boas trocas. Assim se transacionavam e se definiam os preços, mas nem sempre estes métodos eram eficientes, justos ou rápidos, reduzindo drasticamente o número de trocas que efetivamente se realizavam. (História_de_Tudo, sem data)

Por esse motivo, surge a necessidade da existência de um bem a que todos dessem valor, o qual todos estariam dispostos a aceitar em troca do que era seu.

Ao longo do tempo muitos foram os bens usados como moeda: vacas, vinho, sal, entre outros. O principal problema com estes bens era a sua aceitabilidade. Para ser aceite por todos, o bem a trocar teria de ser útil para todos os envolvidos na troca comercial. O facto de ser útil fazia com que também fosse usado e consequentemente gasto. Outro problema era a escassez dos bens utilizados para troca, por vezes não eram suficientes para consumo próprio, quanto mais para uma troca. (Neves, 2011)

Assim, a sociedade defrontou-se com a escolha de um bem para moeda. Para que esse bem servisse como moeda, e não tivesse procura não monetária - o seu uso como moeda não seria prejudicado pelo montante disponível e, consequentemente, não provocava instabilidade nos preços -, teria de ser inútil. Se fosse útil, serviria para muitas coisas e não apenas para moeda, o que fazia com que o seu uso enquanto moeda se ressentisse.

Durante séculos, este paradoxo de não ser útil mas ser valioso foi um problema com que a teoria monetária se defrontou, e ficou resolvido com a existência de um tipo de bem especial, que pouco consumo tinha, mas que era bem aceite por todos. Esses bens, chamados decorativos ou de luxo, como as conchas, pérolas e sobretudo, os metais preciosos, podiam ser usados como moeda, por serem aceites por todos, sem medo de que o seu valor total fosse modificado frequentemente de forma significativa pelo consumo não monetário.

Para desempenhar corretamente as funções de moeda, o bem escolhido devia obedecer às seguintes características:

- Divisibilidade – para a facilidade de trocos;
- Durabilidade – a degradação do bem altera-lhe o valor e dificulta o seu uso como padrão de troca;
- Aceitabilidade geral – se não for reconhecido por todos, não cumpre a função de troca;
- Ter reduzida procura não monetária – para evitar flutuações no montante disponível de moeda;
- Manutenção do valor – se o valor da moeda varia, torna-se difícil o seu uso;
- Sentido prático de movimentar – um bem muito pesado ou volumoso torna-se difícil de usar nas trocas;
- Difícilmente falsificável;

(Mota e Custódio, 2012)

Como já foi referido, as sociedades perceberam que os metais preciosos eram uma boa moeda, pois estes para além de serem divisíveis, duradouros e com procura não monetária reduzida, tinham a vantagem de conseguirem manter o valor e, apesar de pesados, valerem muito por grama, o que fazia

com que se transportasse muito valor com pouco peso. Acrescia ainda o facto de ser fácil distinguir o verdadeiro do falso. Assim, durante muitos séculos, usou-se a moeda pesada para todo o tipo de transações.

Mais tarde, passou a usar-se a moeda contada: pequenas esferas ou discos de ouro, com peso predeterminado. Eram mais fáceis de usar, pois bastava contar os discos para ter o peso desejado. Para evitar que se estivesse constantemente a confirmar o peso de cada peça, passou a ser necessário que uma autoridade se responsabilizasse pelo peso do disco ou que emitisse a moeda. Assim, o Rei, o nobre ou a autoridade local, punha o seu selo no disco, para garantir a validade do metal e do peso. Desta forma, rapidamente se passou para a moeda cunhada, que já tinha a forma da atual moeda, normalmente com a cara de um lado e o escudo do Imperador ou do Rei do outro.

Nos períodos em que a paz permitia a realização de contactos internacionais, sobretudo no fim da Idade Média, as transações entre regiões alargavam-se. Mas, como poucas eram as moedas que tinham validade geral, existiam fortes dificuldades nas trocas. Para resolver esta questão, apareceu a profissão de cambista.

Foi nos mercados italianos que surgiram os primeiros cambistas, também designados banqueiros, uma vez que tinham uma banca na feira, onde realizavam a pesagem e a equivalência das várias moedas, cobrando uma comissão pelo seu trabalho.

Normalmente, estes cambistas, que também tinham o ofício de ourives, transportavam grandes quantidades de metais preciosos, e paralelamente desenvolviam outro negócio – alugavam os seus cofres para guardar, em depósito, moeda dos seus clientes.

Mais tarde, passaram a realizar outras operações monetárias, aproximando-se cada vez mais da atividade a que atualmente damos o nome de Banca. Recebiam depósitos bancários em troca de um certificado, um recibo. Esse recibo representava o ouro depositado e podia ser usado como pagamento direto. O papel não valia ouro, mas porque tinha a assinatura do cambista, era como se de ouro se tratasse. Quando estes recibos começaram a circular, apareceu a moeda-papel.

Os cambistas aperceberam-se de que as pessoas faziam circular os recibos nas transações, usando-os como moeda, e que os seus cofres tinham pouca ou nenhuma movimentação. Esta situação deu-lhes a perceção de que havia ouro disponível para conceder empréstimos, mediante um pagamento – os juros. Foi assim que os cambistas deixaram de ser simplesmente os que faziam a avaliação e a equivalência da moeda, e passaram a ser banqueiros.

A cobrança de juros era criticada pela classe do clero, o que explica a existência de muitos judeus no início da atividade do ramo bancário. A partir do século XV, com a queda do feudalismo¹, os banqueiros começaram a receber terras em troca do perdão das dívidas, tornando-se os banqueiros uma classe muito poderosa – a burguesia. (História_de_Tudo, sem data)

Nos dias de hoje, compete ao Banco Central a emissão da moeda de primeira ordem – imprimir ou mandar imprimir as notas e as moedas, que formam a base monetária – e fiscalizar todo o funcionamento do setor monetário e financeiro. O setor bancário é responsável pela oferta de

¹ Ao contrário do capitalismo – que tem por base o trabalho assalariado e a compra e venda de produtos com a utilização quase exclusiva de moeda – o feudalismo tem por base o trabalho servil, em que a agricultura era o seu principal setor económico. A sua economia era baseada pela troca direta de produtos, tentando anular a existência do pagamento com moeda.

quantidade de moeda a toda a economia – massa monetária – que, através da concessão de crédito a agentes não monetários, formam o processo de criação de moeda de segunda ordem.

A banca comercial, como hoje a conhecemos, vive dos financiamentos e depósitos que concede e adquire. É através de uma gestão muito cuidada, que consegue proporcionar bons fluxos de rendimentos com os juros recebidos dos financiamentos e das melhores aplicações dos depósitos nos mercados financeiros.

O sistema financeiro reúne um conjunto de instituições financeiras que asseguram a passagem da poupança para o investimento nos mercados financeiros, com a compra e venda de diversos produtos financeiros. Este circuito pode ser visto na ilustração 1.1.

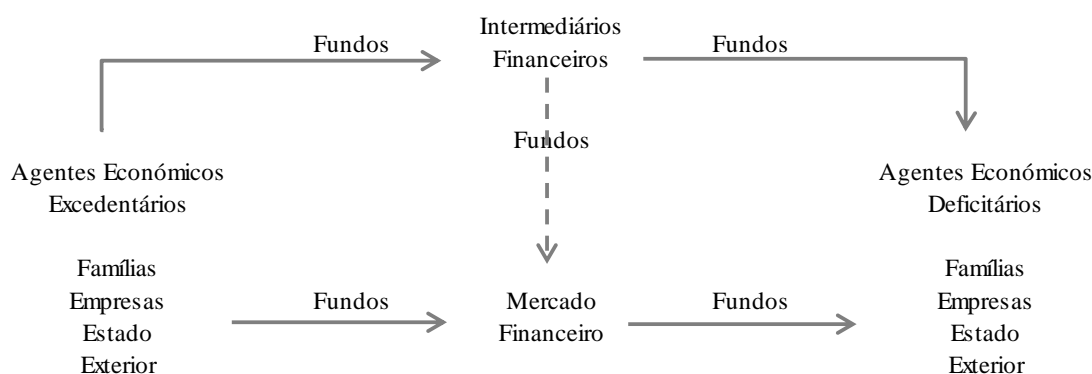


Ilustração 1.1 - Fluxos de Fundos nos Mercados Financeiros

Fonte: (Bancos, sem data)

O presente trabalho projeto tem, como principal objetivo, a análise da reestruturação do banco português Banif – Banco Internacional do Funchal, SA. (em diante apenas designado Banif ou banco) que aconteceu em 2013 e culminou na sua resolução.

Estrutura-se da seguinte forma: no capítulo 2 iremos descrever os diversos instrumentos criados nos mercados financeiros, que se dividem em três subcategorias: mercado cambial, mercado monetário e mercado de capitais.

Posteriormente, no capítulo 3, será feito um resumo do crescimento económico dos últimos anos, evidenciando a comparação entre Portugal e a Europa e analisando alguns dos fatores que mais contribuem para o crescimento económico de um país.

No contexto da crise económica mundial e do seu impacto no setor bancário português, o Banif foi um dos bancos que sofreu uma reestruturação. Por esse motivo, no capítulo 4 é descrita a estrutura do grupo, evidenciando as principais alterações e os pontos fulcrais da sua história.

Em novembro de 2012, e após o diálogo entre a Comissão Europeia e as autoridades portuguesas, o Banif enviou para Bruxelas um documento para uma possível reestruturação. Como consequência, em janeiro de 2013, Portugal foi chamado para uma recapitalização urgente.

É em janeiro de 2013 que a Comissão Europeia publica uma versão temporária sobre a reestruturação do Banif (SA.34662- (EUROPEAN COMMISSION, 2013)), relatório que é analisado em detalhe no capítulo 5.

Com as projeções e objetivos indicados pela Comissão Europeia, será analisado individualmente cada um dos rácios e rubricas do balanço e demonstração de resultados. No capítulo 6, comparamos não só as projeções dadas com os dados publicados nos relatórios oficiais de 2014 (Banif SA, 2014) e dos três primeiros trimestres de 2015 (Banif SA, 2015a, 2015b, 2015c)- enviado à CMVM (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários) – como também o comportamento histórico de cada um destes rácios e rubricas.

Após a comparação entre os valores projetados e aqueles que o Banif registou em 2014 e setembro de 2015, avançamos no capítulo 7 para uma descrição das condições que levaram à resolução do banco. Em janeiro de 2013, o Banif foi recapitalizado pelo Estado português no montante de 1.100 M€. O plano de recapitalização, descrito no capítulo 5, foi temporariamente aprovado pela Comissão Europeia ficando sujeito à apresentação de um plano final a apresentar até ao final de março de 2013.

Concluimos, no capítulo 8, como foram ou não cumpridos todos os requisitos e projeções indicadas no plano de reestruturação, como também o ponto de vista dos clientes e acionistas do banco após a resolução do mesmo.

2. Mercados Financeiros

Neste capítulo, iremos descrever os diversos instrumentos criados nos mercados financeiros, que se dividem em três subcategorias: mercado cambial, mercado monetário e mercado de capitais. (Mota e Custódio, 2012)

Mercado Cambial

O mercado cambial engloba o conjunto de transações de permuta de moedas, designadas vulgarmente por operações cambiais à vista ou a prazo. Uma taxa de câmbio representa uma relação de permuta entre duas moedas, e indica o fator de conversão de uma moeda noutra.

Há duas formas de cotação (ou preços), a direta, que expressa a taxa de câmbio de x unidades da moeda local por cada unidade da moeda estrangeira, e a indireta, aquela que é mais usada, que expressa x unidades de moeda estrangeira por cada unidade de moeda local.

A ilustração 2.1 descreve a evolução do Dólar americano (USD) e da Libra (GBP), face ao Euro (EUR) desde 1990.

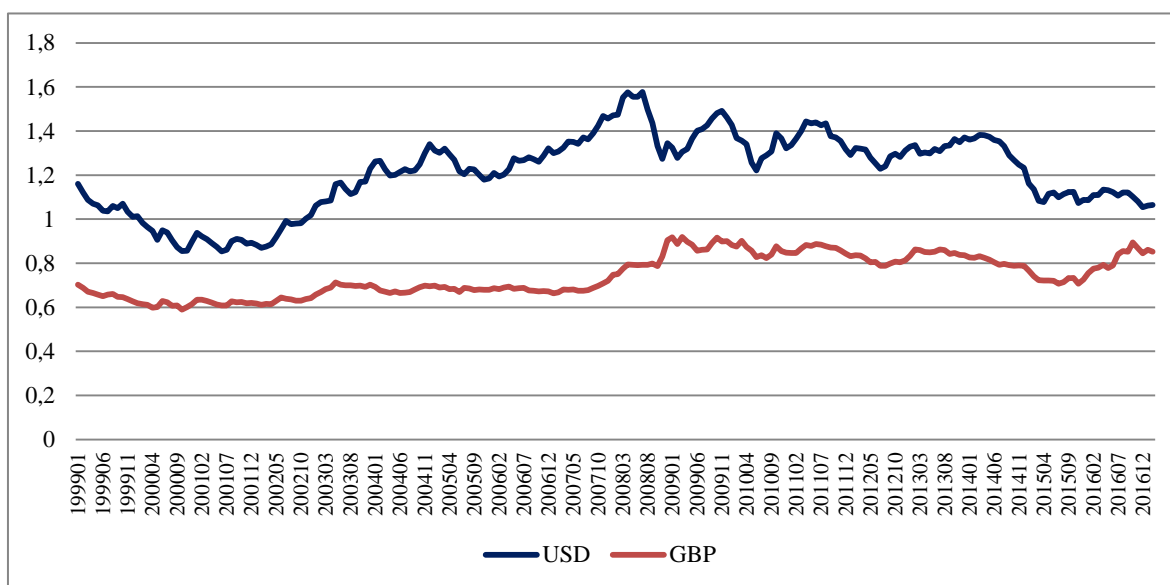


Ilustração 2.1 - Evolução do Dólar Americano e da Libra face ao Euro

Mercado Monetário

É no Mercado Monetário Interbancário que todas as instituições financeiras obtêm ou concedem empréstimos entre si, com prazos que podem ir de entre um dia a menos de um ano. A supervisão deste mercado está a cargo do Banco Central que reporta diariamente o número de operações efetuadas, o montante global transacionado e o montante médio, assim como prazos e taxas mínimas, máximas e médias ponderadas.

As taxas de mercado variam ao longo do dia e nas várias operações, sendo acordadas pelas partes que compõem o empréstimo – quem obtém e quem o concede – e por esse motivo é necessária a criação de um indexante que exprime essa mesma variabilidade. Os dois indexantes com maior importância são a Euribor (*Euro Interbank Offered Rate*) e a Libor (*London Interbank Offered Rate*). A primeira

corresponde à taxa média das taxas a partir da contribuição das principais instituições financeiras europeias, após serem excluídas as taxas mais altas e mais baixas do dia. A segunda é apenas formada pelo mercado de Londres e é calculada para as principais divisas.

Os principais prazos analisados são a três e a seis meses. A evolução da Euribor desde 1999 pode ser vista na ilustração, 2.2.

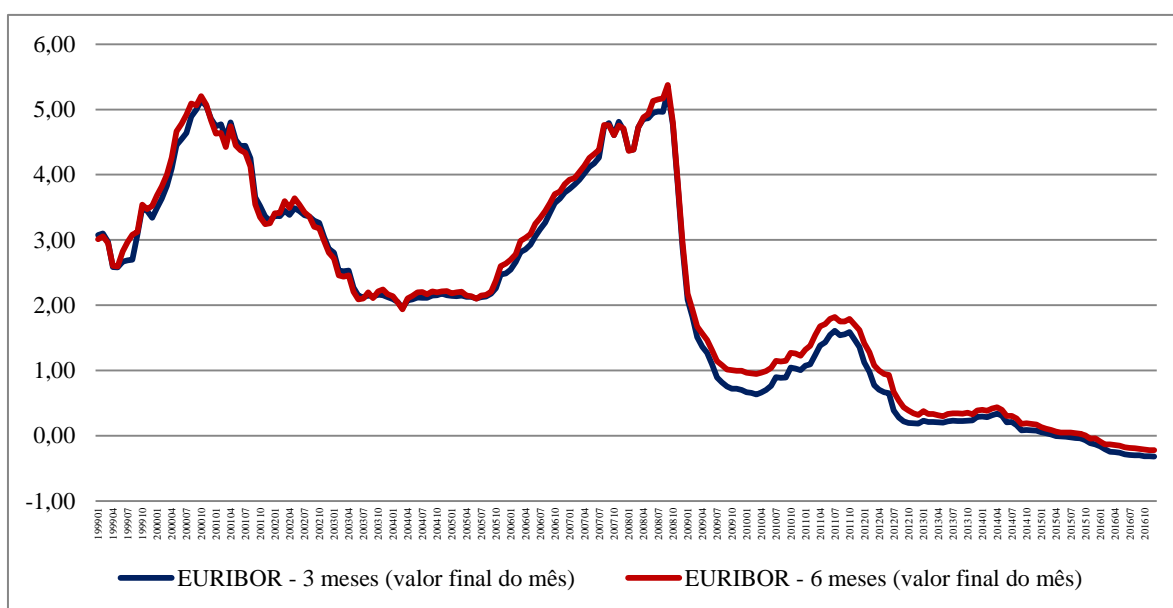


Ilustração 2.2 - Evolução da Euribor

Após a queda verificada no último trimestre de 2008, a Euribor atinge mínimos que se pensava serem históricos - em 2010 - de 0,634%. Durante o ano de 2011, apresentou uma ligeira evolução crescente, mas não por muito tempo. Desde aí é clara uma trajetória negativa, verificada desde o final do primeiro semestre de 2011, chegando a atingir valores negativos em abril de 2015 para a Euribor a 3 meses -de -0,005% - e em novembro do mesmo ano para a Euribor a 6 meses - de -0,043% -.

Esta evolução decrescente apresentada pela Euribor é influenciada sobretudo pelas políticas monetárias aplicadas pelo BCE, que indiretamente influenciam as taxas aplicadas pelos bancos nas transações. O BCE passou a funcionar como entidade financiadora, em troca de ativos elegíveis garantes desse mesmo financiamento.

Também a Libor teve uma quebra no último trimestre de 2008, mas, ao contrário da Euribor, nunca chegou a atingir níveis negativos, tendo sido o seu valor mínimo de 0,223% a 3 meses e de 0,321% a 6 meses. Apenas no final de 2015 se verifica uma tendência crescente. A ilustração 2.3, mostra a evolução da última década.

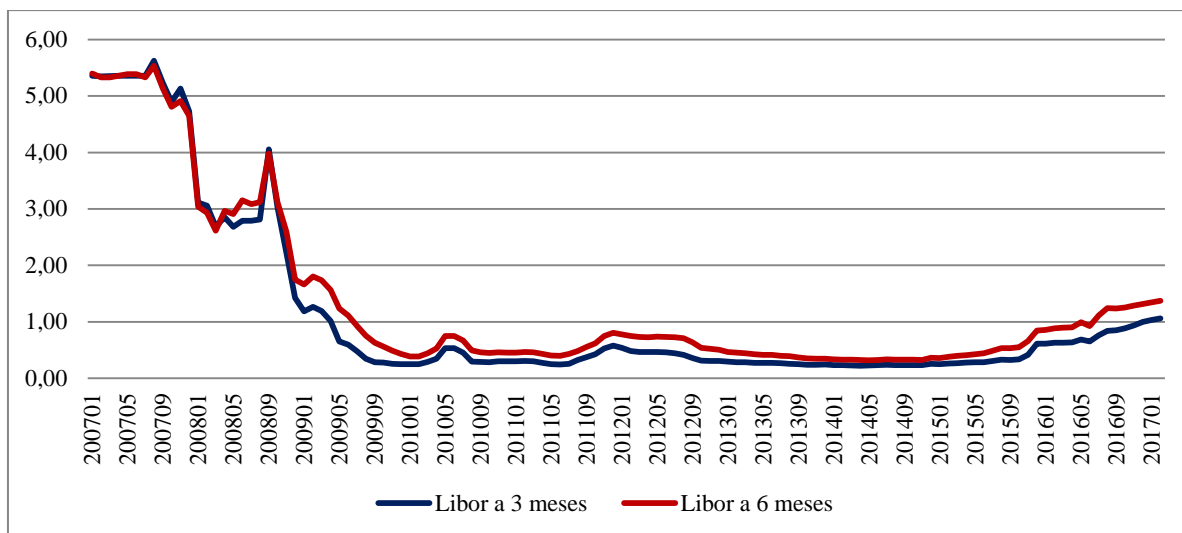


Ilustração 2.3 - Evolução da Libor

O padrão em ambos os indexantes é marcado pelo ano de 2008, ano em que rebentou a crise do *suprime*².

No mercado monetário são transacionados sobretudo três tipos de títulos:

- Títulos de intervenção dos bancos centrais – controlam o nível de fundos que circulam no mercado monetário e as respetivas taxas de juro – instrumentos de política monetária;
- Bilhetes do Tesouro – títulos emitidos pelo Estado com o intuito de financiar o défice público; e por último,
- Papel Comercial – títulos emitidos por empresas. Estes títulos têm uma maturidade inferior a um ano.

(Mota e Custódio, 2012)

Por norma, estes títulos são emitidos a desconto, o que faz com que não ocorra explicitamente vencimento de juros. O juro decorre ao adquirir um título por um valor inferior ao seu valor nominal, sendo este último reembolsado na maturidade.

Do ponto de vista de quem compra este título abaixo do valor nominal, é lançado diariamente um desconto – isto é, o proveito será periodificado - que resulta do quociente entre a diferença do valor nominal e do valor adquirido com a diferença entre a data de maturidade e a data do dia da transação.

Caso o título tenha sido adquirido por um valor superior ao seu valor nominal, o raciocínio será o mesmo, mas a gerar um prémio – e assim o custo é periodificado até à maturidade – equivale a uma taxa negativa, uma vez que no reembolso final não será recebido o valor inicialmente pago.

Estes instrumentos financeiros, têm como objetivo o financiamento das empresas ou do Estado.³

Mercado de Capitais

Para adquirir ou emitir fundos a longo prazo, é usado o mercado de capitais. Opera sobretudo na obtenção e na aplicação de fundos, tendo subjacente um instrumento financeiro – valor mobiliário - onde é reconhecido o financiamento ou a aplicação.

² Ver subcapítulo *suprime*

³ Quando uma entidade readquire uma emissão própria, esta é contabilizada pelo seu valor nominal, independentemente de ser readquirida acima ou a baixo do seu valor emitido.

Os principais valores mobiliários são as ações e as obrigações.

As ações são um título representativo do capital de uma empresa, pelo que o detentor da ação é proprietário de uma fração do capital da empresa. Este tem direito ao dividendo, quando há distribuição de resultados, e a voto nas assembleias gerais da empresa.

Já as obrigações são títulos de dívida que representam um empréstimo de quem as comprou à entidade que as emite (seja Estado ou empresa). As obrigações têm, regra geral, uma duração limitada e pré-definida à partida, que corresponde ao seu vencimento e reembolso por parte do emitente.

O mercado de Capitais divide-se em primário e secundário. O primeiro destina-se à emissão e colocação de valores mobiliários e o segundo, também designado de bolsa de valores, destina-se às transações, entre investidores e instituições, dos valores mobiliários criados no mercado primário. A principal função da bolsa de valores consiste em oferecer aos investidores uma acrescida liquidez, já que a qualquer momento podem comprar e vender títulos. (Mota e Custódio, 2012) Estas transações obedecem à regra da oferta e procura, pelo que os preços variam ao longo do dia, e de dia para dia.

Em representação dos mercados bolsistas, os índices bolsistas apresentam a evolução dos preços através da média diária das ações das principais empresas de cada país e dos diferentes setores de atividade. Para a bolsa de Lisboa existe o PSI20, para a zona Euro o Stoxx 50. Podemos ver o comportamento de ambos na ilustração 2.4.

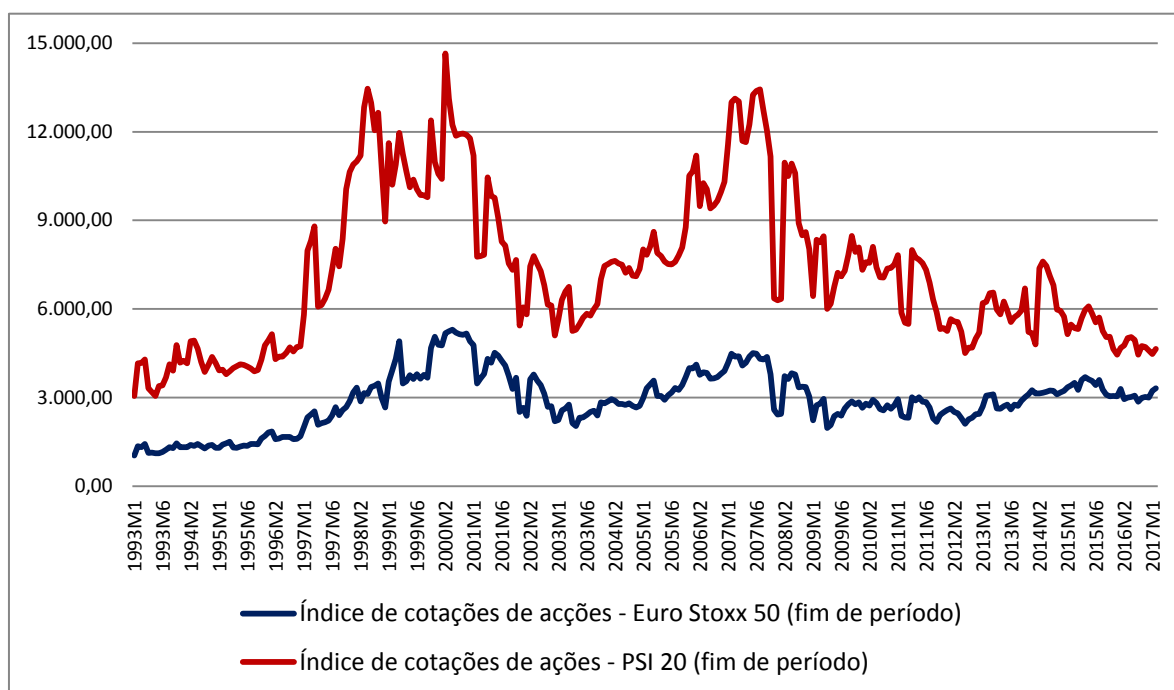


Ilustração 2.4 - Evolução PSI20 vs. Euro Stoxx

A crise do *suprime*

A crise económica e financeira, que teve início em 2008, é por muitos considerada a pior desde o início do século XX.

No final da década de 1920, assistiu-se a uma queda da bolsa de valores de Nova Iorque. Esta queda ficou conhecida pela Grande Depressão, e foi consequência das práticas especulativas, elevação de preços de ações e de imóveis, o que atraía compradores, originando o aumento sucessivo dos preços e das expectativas otimistas.

A segunda grande crise é a atual, denominada por crise do *subprime*, com origem no setor de crédito hipotecário americano, um mercado de alto risco.

Foram várias as circunstâncias que levaram a que esta crise rebentasse.

O incentivo governamental e bancário à aquisição de imóveis, sem que fosse necessário dar garantias de que fosse possível o seu pagamento, levou a que muitas famílias pedissem empréstimos sem terem certezas da sua estabilidade financeira para o pagar.

Também o mercado hipotecário carecia de uma regulamentação que protegesse as instituições bancárias.

Por último, existiam também falhas na regulamentação dos mercados financeiros, por falta de uma entidade reguladora que supervisionasse e controlasse todas as transações, montantes e taxas aplicadas, de modo a não alimentar práticas especulativas. Todas estas circunstâncias levaram, mais uma vez, a uma especulação exagerada e, como consequência, à explosão da crise. (ISEG, sem data)

O Federal Reserve (FED – Banco Central Americano) rejeitou o auxílio financeiro ao banco de investimento *Lehman Brothers* que pediu falência em setembro de 2008. Tal atitude teve um enorme impacto sobre a confiança dos mercados financeiros, pois este banco ocupava uma posição de topo no ano anterior, o quarto maior banco de investimento nos Estados Unidos da América segundo a *Fortune* com mais de 150 anos de história.

A crise do *subprime* espalhou-se pelo resto do mundo destabilizando todo o mercado financeiro. A Europa, em particular, e consequentemente Portugal foram fortemente atingidos por esta crise. Nesse sentido, será feito um estudo do crescimento económico nos últimos anos.

3. Crescimento Económico

Neste capítulo, será feito um resumo do crescimento económico dos últimos anos, evidenciando a comparação entre Portugal e a Europa, analisando alguns dos fatores que mais contribuem para o crescimento económico de um país.

Referimos, anteriormente, que a crise do *suprime* desestabilizou todo o mercado financeiro mundial, apesar de ter explodido no mercado americano. Na ilustração 3.1, podemos verificar como esta crise afetou a Europa, analisando a taxa de variação homóloga do Produto Interno Bruto (PIB), considerando apenas Portugal e a Zona Euro, composta por dezoito países fixos da União Europeia.

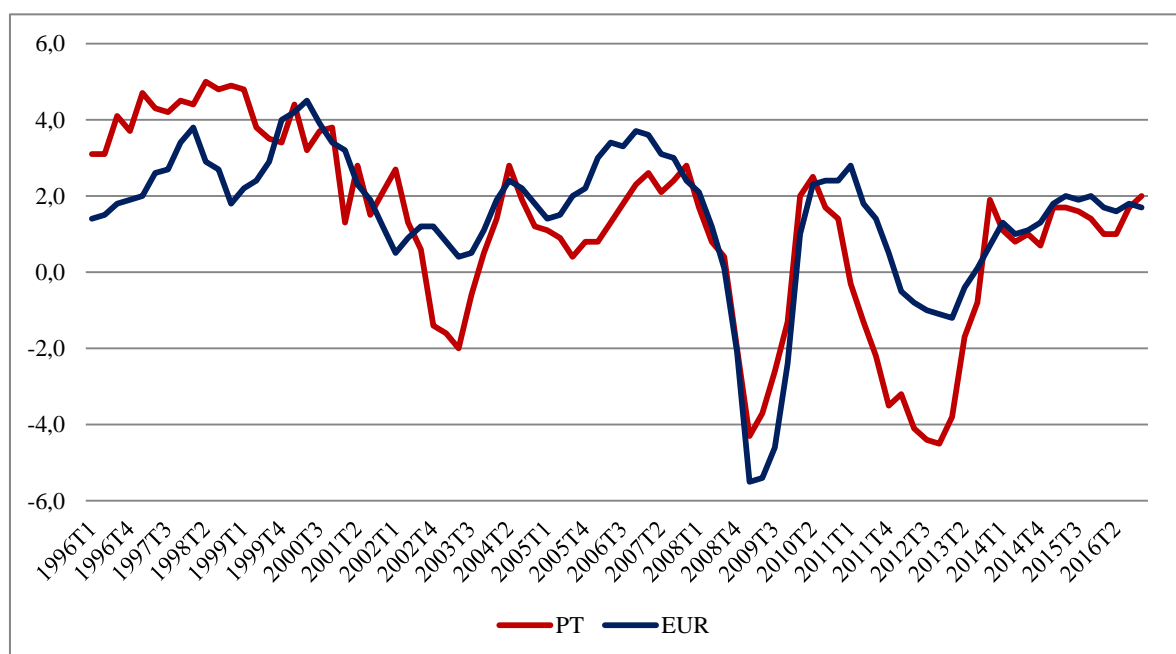


Ilustração 3.1 - Taxa de variação homóloga do PIB

Portugal tem acompanhado o trajeto da média de crescimento do PIB na Zona Euro, quando analisados os últimos vinte anos.

É de salientar o comportamento acima da média europeia até ao início de 2000, seguido do período de abrandamento do crescimento europeu, em que Portugal entrou em recessão, atingindo o valor mínimo até então, dois pontos percentuais negativos. A partir do momento em que há uma tentativa de crescimento económico por parte dos vários países que compõem a Zona Euro, Portugal consegue manter o ritmo médio crescente, apesar de estar sempre abaixo da média.

Em 2009, e após a crise do *suprime* ter rebentado no mercado americano, tanto em Portugal como na Zona Euro, o PIB atinge mínimos históricos, -4,3% e -5,5%, respetivamente. Apesar da rápida recuperação em 2010, entre 2011 e 2013, verifica-se o maior desnivelamento entre Portugal e a Zona Euro, possivelmente como consequência da crise que Portugal viveu nesse período.

Em Portugal, os níveis de exportação foram sempre inferiores aos de importação, apesar de nos últimos anos (desde 2012) essa diferença ter vindo a diminuir quando comparada com os anos de 2008

a 2010 – ilustração 3.2. Em 2008, as importações foram de 71,2 mM€ para 49,2 mM€ de exportações. Já em janeiro de 2014, a importação foi de 66,8 mM€ para 60,1 mM€ de exportações.

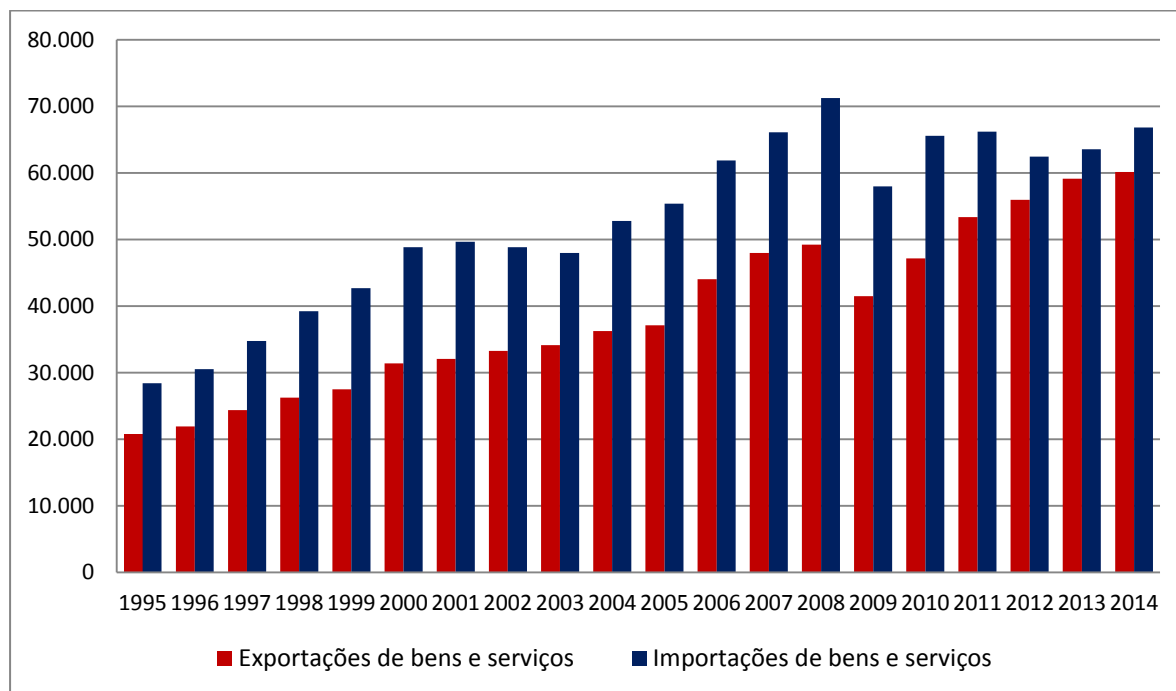


Ilustração 3.2 – Importação e Exportação em Portugal

Importamos essencialmente de Espanha, Alemanha e França e os principais países para os quais exportamos são o Reino Unido, França e Espanha.

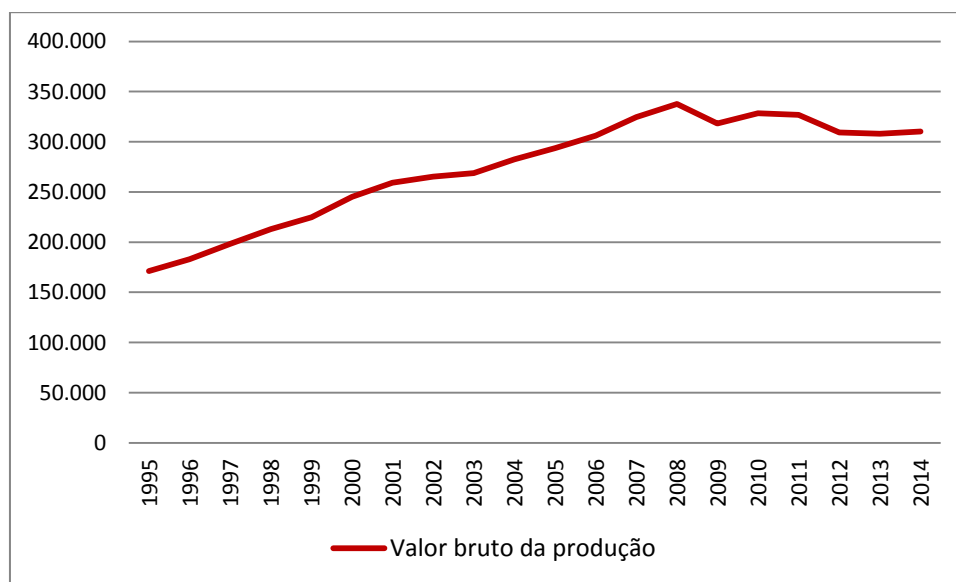


Ilustração 3.3 - Valor bruto da produção em Milhões de Euros

O valor bruto da produção tem vindo a aumentar nos últimos anos, estando acima dos 300 mM€ desde 2005 e atinge o máximo em 2008 com 337,8 mM€.

Desde então há uma ligeira retração apesar de se manter dentro do intervalo 300, 350 mM€, como se verifica na ilustração 3.3.

Apesar de a produção ter estabilizado a partir de 2005, verifica-se um aumento acentuado da taxa de desemprego a partir da crise do *subprime*, tanto em Portugal como na zona Euro – ilustração 3.4. Em 2008, ano em que a taxa de desemprego de Portugal e da Europa está praticamente igual – 7,6% em Portugal e 7,4% na Europa –, existe uma inversão de posições e Portugal passa a ter valores superiores ao resto da Europa, atingindo o máximo em 2013 – de 16,2% para Portugal e 11,9% para a Europa.

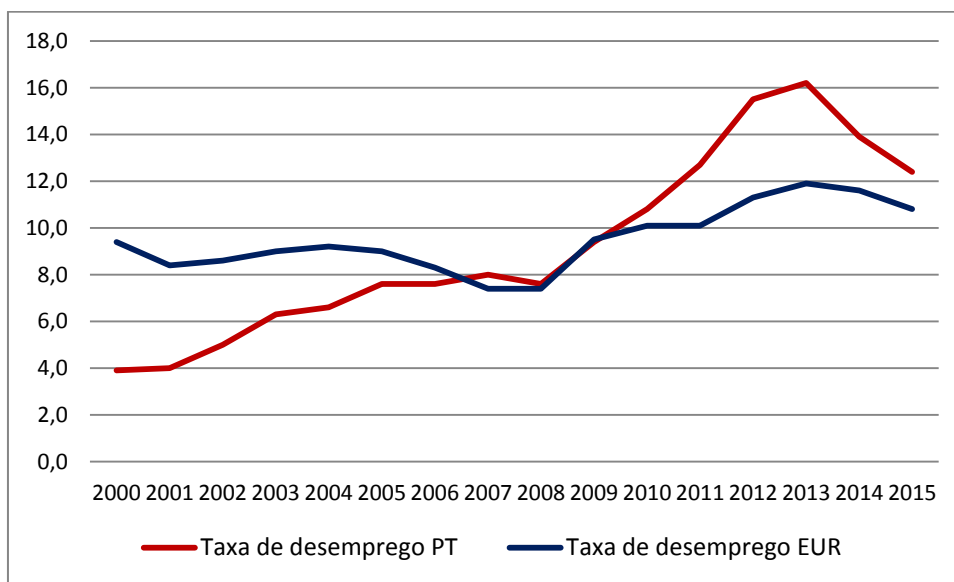


Ilustração 3.4 - Taxa de desemprego

É neste período de crescimento da taxa de desemprego (2008 a 2013), como se pode observar na ilustração 3.5, que a remuneração base média em Portugal estabiliza, após um comportamento crescente até 2010, mantendo-se próximo dos 900€/mensais, sendo de 999€ para o género masculino e 813,70€ para o feminino.

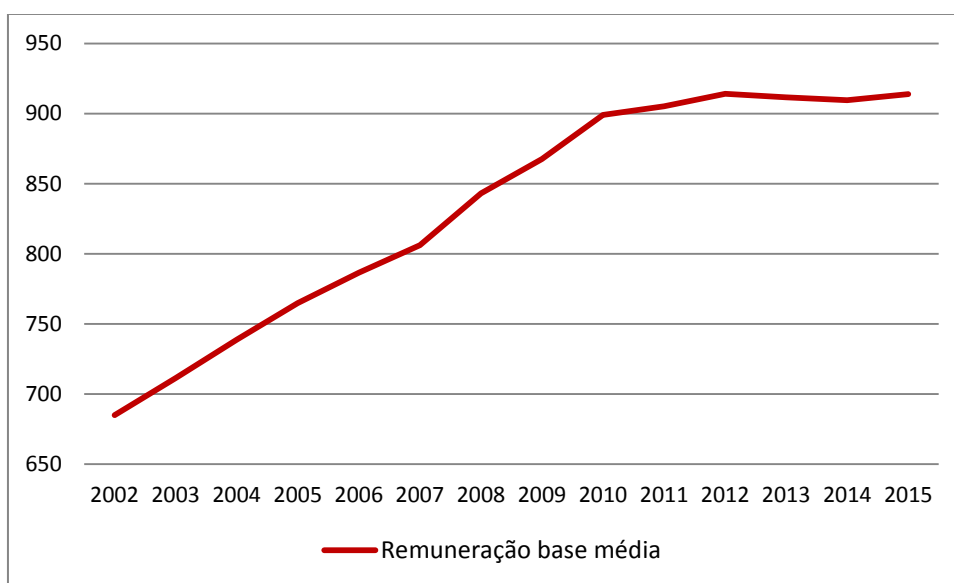


Ilustração 3.5 - Remuneração base média em Portugal

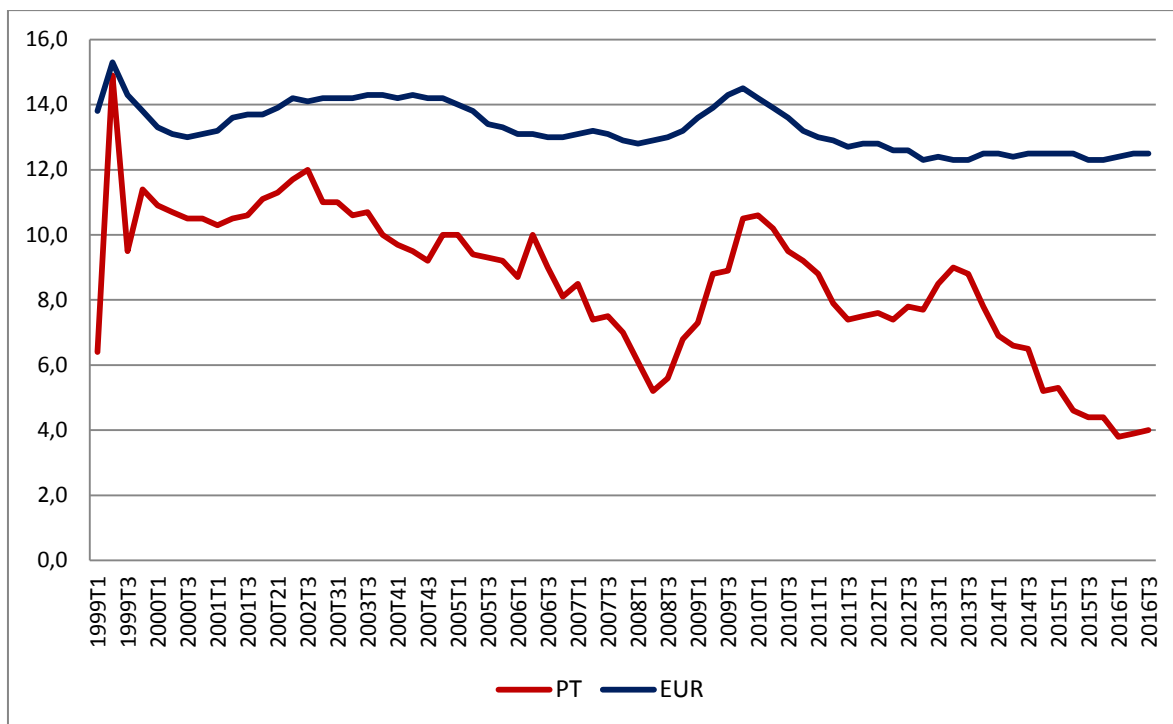


Ilustração 3.6 - Evolução da Poupança

Como consequência destes três indicadores analisados anteriormente, obtemos a poupança, como percentagem do rendimento disponível – ilustração 3.6.

A poupança em Portugal foi sempre inferior à da Europa, registando no segundo trimestre de 2008 o valor de 5,2%, um mínimo até então.

Apesar da recuperação no primeiro trimestre de 2010 e segundo trimestre de 2013, a poupança volta a decrescer atingindo no primeiro trimestre de 2016 o valor de 3,8%. Nunca a poupança dos portugueses tinha sido tão baixa.

Quando comparada com a Europa, esta atinge o mínimo de 12,3% no final de 2012, apesar de não passar dos 12,5% até ao terceiro trimestre de 2016.

4. Banif – Banco Internacional do Funchal, SA.

No contexto da crise económica mundial e do seu impacto no setor bancário português, o Banif foi um dos bancos que sofreu uma reestruturação. Por esse motivo, segue uma descrição da estrutura do grupo, evidenciando as principais alterações e os pontos fulcrais da sua história.

A estrutura do Grupo

No início, a estrutura organizacional de suporte assentava na existência de uma *holding* geral, a BANIF SGPS, SA, que se organizava por diferentes segmentos de negócio:

- Banif – Banca Comercial
- Açoreana – Seguros
- Banif Mais – Crédito Especializado
- Banif *Investment Bank* - Banca de Investimento

Ao longo dos últimos anos, a organização foi-se alterando com a fusão do Banif, SA com o Banif SGPS, SA. A evolução pode ser vista nos seguintes diagramas, que registam os últimos sete anos (ilustração 4.1 a 4.4).

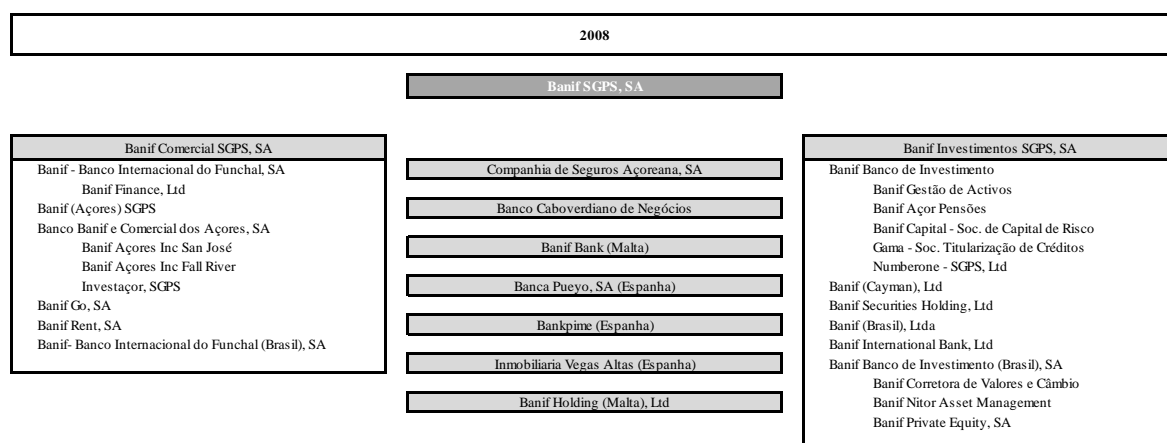


Ilustração 4.1 - Estrutura do Grupo Banif 2008

(Banif SGPS, 2008)

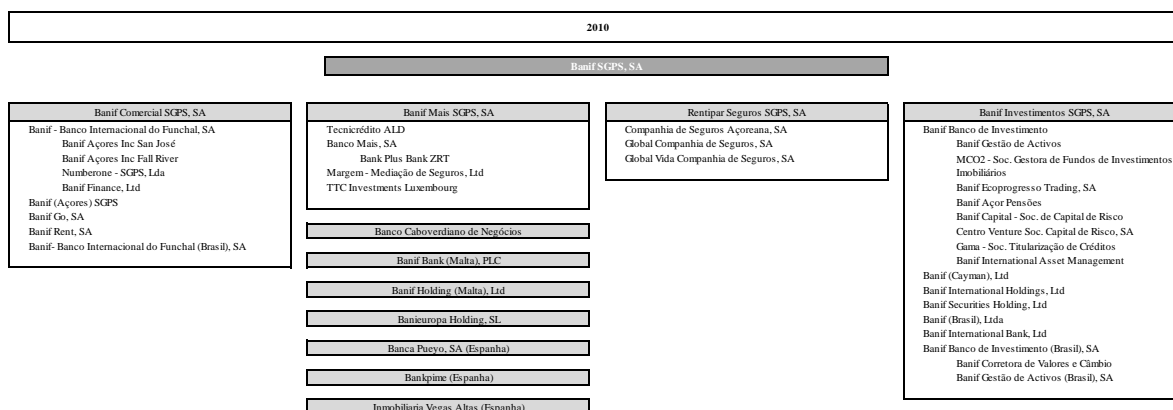


Ilustração 4.2 - Estrutura do Grupo Banif 2010

(Banif SGPS, 2010)

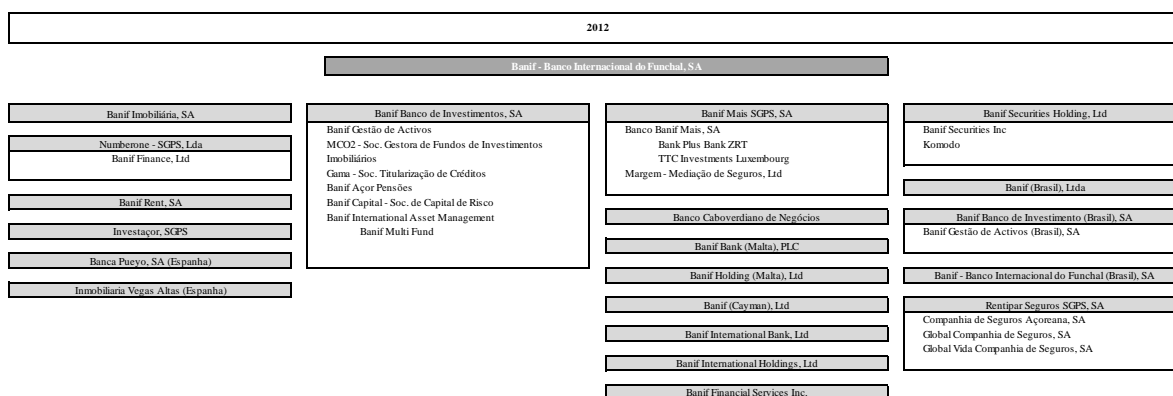


Ilustração 4.3 - Estrutura do Grupo Banif 2012

(Banif SA, 2012)

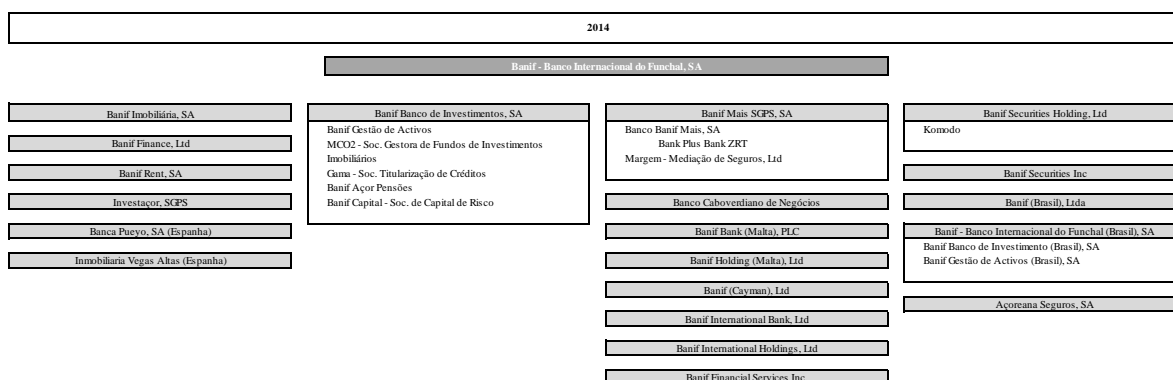


Ilustração 4.4 - Estrutura do Grupo Banif 2014

(Banif SA, 2014)

A História do Banif - 1988 - 2012

A 15 de janeiro de 1988 foi criado o Grupo Banif, na altura designado Banif - Banco Internacional do Funchal, SA, fundado por Horácio Roque - a quem foi atribuída a maior participação-, e Joe Berardo entre outros investidores, integrando todo o Ativo e Passivo da Caixa Económica do Funchal que estava prestes a falir. (Aventar, 2016)

Em março de 1992, o Banif é admitido à cotação na Bolsa de Lisboa e Porto. Com uma atividade sólida na ilha da Madeira, Horácio Roque decide alargar os seus horizontes, estendendo a sua rede comercial até ao continente e internacionalmente. Em 1994, o primeiro balcão do Banco Internacional do Funchal é aberto em Lisboa. É neste ano que é redigido um acordo com o Estado Angolano e algumas entidades particulares, para tomar uma posição de 49% no Banif, começando por comprar ações na bolsa, e fora da bolsa, a sociedades *offshores* e a outras sociedades de direito português.

Em 1996, o Grupo Banif cresce com a compra do Banco Comercial dos Açores e com a Companhia de Seguros Açoreana, liderando assim o mercado das regiões autónomas portuguesas, Açores e Madeira.

Em 1999, adquiriu a primeira posição internacional, escolhendo o Banif Primus para atuar no mercado brasileiro. Em 2000, o Banif – Grupo Financeiro constitui o Banif – Banco de Investimento.

Em 2002, o Banif - Banco Internacional do Funchal, SA foi transformado em Banif SGPS e foi criado um novo banco com a mesma denominação pela transferência de toda a atividade bancária. No final de 2003, a *holding* Rentipar, detida maioritariamente por Horácio Roque, passa a ter controlo direto do capital do Banif, na sequência da oferta pública de aquisição.

Com vista à celebração dos vinte anos, Horácio Roque decide em 2006 aumentar a sua rede comercial e fazer um *rebranding* ao grupo. Esta decisão abrangeu um investimento de 20M€, e a abertura de mais cento e cinquenta balcões até ao ano de 2008, ano em que se instalou a crise económica.

2006 é um ano cheio de conquistas. O objetivo de 70 mil novos clientes foi superado em 10 mil, conseguindo assim 80 mil novos clientes nesse ano. A rede aumentou em 28 agências, passando para o ano seguinte o objetivo de mais 30. (Banif SGPS, 2006) Para 2007, pediram não só mais clientes, mas a fidelização e consolidação da relação destes com o banco. A pontuação atribuída pelos *ratings* da Moody's e Fitch – “A2” a longo prazo e “P-1” a curto prazo, segundo a agência Moddy's –, contribuíram para o reforço da sua credibilidade nos mercados financeiros. No final de 2007, o Banif era o sétimo maior banco a operar em território nacional e integrava o trigésimo quadragésimo sexto lugar da lista das 500 marcas financeiras mais valiosas a nível mundial - avaliado em 57 milhões de Euros.

No entanto, com a alteração das normas da contabilidade, com o novo sistema NCAs, o banco diminuiu 24,8% nos resultados líquidos em comparação com o ano anterior. O Banif justifica esta descida pelo elevado volume das provisões para riscos gerais e específicos de crédito.

2009 é um ano de expansão para o Banif a nível externo, com a compra do Banco Cabo-verdiano de Negócios e a criação de um banco em Malta. É também nesse ano que o Banco Banif e o Banco Comercial dos Açores, SA se fundiram. (Banif SGPS, 2009) À parte disso, sofreu aumentos de capital, um deles pelo Banif Comercial SGPS, SA no valor de 200M€. Foi também neste ano que o Banif SGPS adquiriu o Tecnicrédito, especializado em crédito automóvel e ao consumo.

A relação entre o Banif e Angola passou a ser notícia nos meios de comunicação, pedindo reações formais sobre os 100M€ que o governo angolano reclamava ter disponibilizado para a compra de 49% das ações do banco. Formalmente, o Banif negou que o governo angolano fosse seu acionista.

Em Portugal, após o início da crise económica em 2008, o Banif registou um aumento de situações de incumprimento superior ao normal, o que se reflete num aumento de provisões e imparidade acima dos 95%. Apesar de se manter positivo, o resultado líquido volta a diminuir quando comparado com o ano anterior, situando-se nos 59,2 M€ em 2008.

Vítima de um acidente vascular cerebral, Horácio Roque morre em 2010. É Maria Teresa Roque, a sua filha, que toma o seu lugar na direção do Grupo, apesar da guerra judicial que se iniciou pela herança.

Iniciado o processo de recuperação da recessão económica vivida em 2008 e 2009, Portugal é atingido e prejudicado pela crise da dívida soberana. Com esta, chegaram os processos de consolidação orçamental e a redução do endividamento do setor privado.

Apesar das dificuldades sentidas pelos seus clientes, o Banif continuou com o seu aumento de rede, atingindo 360 agências, no final de 2010,.

Tal como no ano anterior, houve um aumento de capital de 214 M€, o qual foi integralmente subscrito e realizado, mais uma vez, pela Banif Comercial SGPS,SA. É também neste ano que a Caixa Geral de Depósitos (CGD) compra 70% do Banif Corretora, adquirindo os restantes 30% em 2012 por 80M€. É em 2011 que os resultados do exercício são negativos pela primeira vez, (-161,583 M€). Há novamente um aumento de capital, desta vez de 14,5M€, motivado pela fusão com o Banif - GO. Toda a evolução do capital social da empresa pode ser analisada na ilustração 4.5.

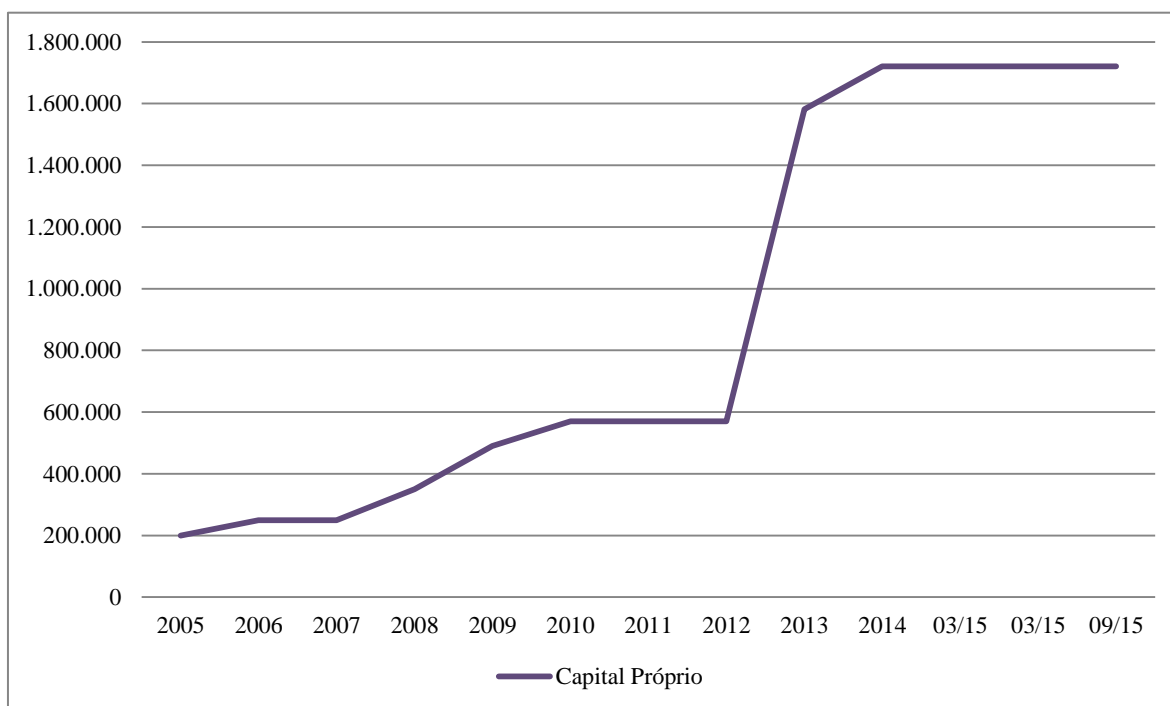


Ilustração 4.5 - Evolução do Capital Próprio

A 6 de abril de 2011, a troika chegou a Lisboa– constituída pelo FMI, Comissão Europeia e BCE -, para negociar um programa de ajustamento para Portugal, em troca de um empréstimo de 78 mil milhões de euros a três anos. Esta verba incluía 12 mil milhões de Euros destinados à recapitalização da Banca Portuguesa. (Braga, 2016) A troika solicitou à banca nacional um reforço adicional do rácio Core Tier 1 (CT1) para 9% em 2011 – que o Banif não cumpriu, apresentando para esse ano 6,8% - e para 10% no final de 2012 – que o Banif superou em 1,16% -, o dobro do que era exigido em 2008.

No início de 2012, houve um ponto de viragem no percurso do Banif - Grupo Financeiro, tanto com mudança das equipas de gestão, como do modelo de governo do Grupo. (Banif SA, 2012) Esta nova equipa de gestão estabelece o compromisso com os objetivos estabelecidos no âmbito do Programa de Estabilização liderado pelo FMI e UE. Assegura um maior rigor na concessão de crédito e promete uma maximização do potencial de captação de recursos.

Em março de 2012, o Banif chumbou na avaliação do BdP aos métodos utilizados nos testes de *stress*, concluindo que seria necessário fazer várias alterações e melhorias às metodologias e aos parâmetros que permitiram avaliar a solvabilidade futura do banco.

A 17 de dezembro de 2012, deu-se a fusão do Banif SGPS,SA com o Banif, SA, com este último a assumir o papel de instituição de topo do grupo. Nesta altura, foi também divulgado o acordo de

princípio do Estado Português em participar no plano de recapitalização do Grupo. Tal recapitalização dizia-se necessária face ao cumprimento imprescindível dos rácios de capitais definidos pelo BdP para 2012.

Cronograma

Façamos agora um resumo esquemático do que foi exposto anteriormente, evidenciando os principais acontecimentos e acrescentando outros, assim como documentos oficiais de 2013 até à atualidade.

1988	Nasce o Banco Internacional do Funchal
1994	Abre o primeiro balcão em Lisboa
1996	Compra do Banco Comercial dos Açores Compra da Companhia de Seguros Açoreana
2000	Banif - Banco de Investimento
2006	Decisão de <i>rebranding</i> - 20M€ de investimento
2008	Crise do <i>Subprime</i>
2010	Morte de Horácio Roque CGD compra 70% do Banif Corretora
2012	CGD compra os restantes 30% do Banif Corretora Chegada da Troika a Portugal Mudança da equipa de gestão do Banif (2012-2015) Novembro Banif envia para Bruxelas um documento de uma possível reestruturação Dezembro Fusão Banif SGPS com Banif, SA Banif SA assume a posição topo do grupo
2013	Janeiro SA. 34662 (Documento da Comissão Europeia)

	1.100M€ em Obrigações CoCos
	Agosto
	Pagamento da 1ª tranche
2014	
	Abril
	Pagamento da 2ª tranche
	Maio
	PwC inicia auditoria
	Outubro
	Alerta do BdP
	Novembro
	Incremento de 120M€ de imparidades devido à Rio Forte (BES)
2015	
	Julho
	SA. 36123 (Documento da Comissão Europeia)
	Dezembro
	18/dez
	Ofertas finais
	20/dez
	Anunciada a compra pelo BST
	21/dez
	SA. 43977 (Documento da Comissão Europeia)
2016	
	Julho
	M7947 (Documento da Comissão Europeia)

Ilustração 4.6 - Cronograma dos principais acontecimentos desde 1988 a 2016

O plano de reestruturação, publicado nos documentos SA 34662 e SA 36123 divulgado pela Comissão Europeia, é descrito e explicado no próximo capítulo.

5. A Reestruturação no Banif (2013 – 2015)

No decurso de 2012, no contexto do mecanismo europeu de estabilização financeira estabelecido para Portugal em 2010, as autoridades nacionais entraram em contacto com a Comissão Europeia sobre os problemas com que o Banif se confrontava.

Em novembro de 2012, após o diálogo entre a Comissão Europeia e as autoridades portuguesas, o Banif enviou para Bruxelas um documento para uma possível reestruturação do grupo. Como consequência, em janeiro de 2013 o Estado português foi chamado para uma recapitalização urgente.

A 21 de janeiro de 2013, a Comissão Europeia aprovou, a título temporário, a sua versão sobre a reestruturação do Banif (SA. 34662) (EUROPEAN COMMISSION, 2013). É esse documento que se resume neste capítulo.

De acordo com esse documento, Portugal deveria apresentar um plano de reestruturação até 31 de março de 2013. Esse plano foi apresentado a 2 de abril desse ano, com sucessivas correções – ainda em 2013: 10 de abril, 29 de junho; e, posteriormente, a 4 de fevereiro, 9 de junho e 8 de outubro de 2014.

Os motivos da Reestruturação

Afetada não só pela situação económica portuguesa em 2009 – analisada em detalhe no [capítulo 3](#), a situação financeira do Banif também foi afetada “*por graves deficiências da política de fixação de preços e gestão do risco, que conduziram a níveis excecionalmente elevados de risco de crédito, com uma posição de capital extremamente fraca e, em última instância, ao incumprimento dos requisitos prudenciais de fundos próprios.*” (EUROPEAN COMMISSION, 2015c)

O resultado líquido do banco consolidado reduziu de 34,4 mM€, em 2010, para um resultado negativo de -161,6 mM€, em 2011, como observamos na ilustração 5.1, devido a três fatores:

- i. Altos níveis de imparidades na carteira de crédito (342 M€);
- ii. Aumento significativo nos custos de financiamento – rubrica Juros e Encargos similares - (632,9 M€);
- iii. Acelerada “desalavancagem” em consequência da pressão dos depositantes, que pediam melhores condições para os seus depósitos, e das novas exigências regulamentadas (317 M€), o que levou a um aumento de custos de *funding*;

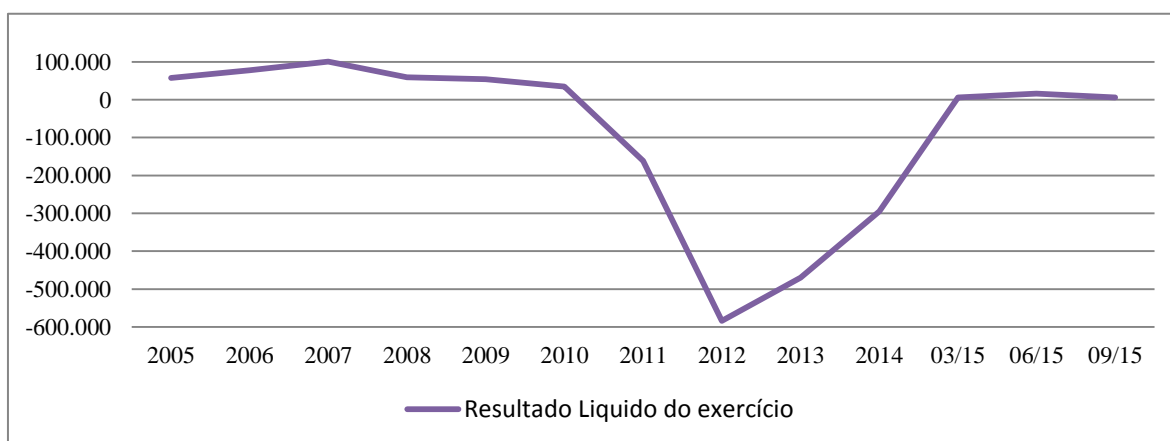


Ilustração 5.1 - Evolução do Resultado líquido do Exercício

Nos três primeiros trimestres de 2012, o banco indicou um resultado negativo de -576 mil milhões de Euros.

De acordo com as várias agências de *ratings*, o principal motivo destas perdas prendeu-se com os investimentos de risco e atividades no setor público. Adicionalmente, as instituições portuguesas ficaram impossibilitadas de participarem no mercado de capitais, forçando os bancos a recorrerem ao BCE para se financiarem. A este facto, juntou-se também a forte competição nos depósitos, o que aumenta a média dos custos de financiamento.

O Banif vivia ainda uma posição frágil em relação aos seus concorrentes, o que fez com que sofresse particularmente com estes efeitos.

Em novembro de 2012, tornou-se claro para a Comissão Europeia que o Banif tinha uma falha nos requisitos de capital regulamentados, com o rácio da CT1 entre 2%-4%, que ditaram uma recapitalização urgente por parte do Estado. Esses valores não foram verificados no relatório anual de 2012, uma vez que o Banif considerou a ajuda estatal de janeiro de 2013, no fecho de contas de 2012 (apresentando portanto um rácio da CT1 considerando 1.582 mM€ em vez dos 570 mM€ reportados no ano anterior na rubrica de capital).

Adicionalmente, como qualquer outro banco português, foi sujeito a requisitos definidos no memorando de entendimento entre Portugal, a União Europeia (EU) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que impuseram a CT1 a 10%, quando calculado de acordo com as regras CRD II (*Capital Requirements Directive*) a 31 de dezembro de 2012.

Os Princípios da Reestruturação do Banif

O plano de reestruturação oferecia capital ao banco em troca de algumas imposições, uma vez que o montante concedido correspondia a 10% dos ativos ponderados pelo risco.

Ao banco, cabia apenas cobrir todos os seus custos, garantindo uma rentabilidade adequada aos seus capitais próprios. Após o reembolso da ajuda estatal, previa-se o regresso à viabilidade, conseguido através de medidas internas e identificação das causas das dificuldades e pontos fracos.

O modelo de negócio do Banif foi alvo de alterações por parte da Comissão Europeia e tinha como base os seguintes pilares:

- i. Analisando a história do banco, era visível a forte ligação do banco com as regiões autónomas – Madeira e Açores – onde o Banif beneficiava de um elevado reconhecimento da marca, com uma cota de mercado alta. Ligada a essa presença, o banco beneficiava do negócio ligado à comunidade emigrante com origem nestas regiões e agora espalhadas pela América do Norte e Sul assim como na África do Sul.
As ilhas e os emigrantes eram uma forte fonte de financiamento para o grupo, contando com 40% dos depósitos em 2011.
Assim, o banco deveria focar-se principalmente nestas zonas.
- ii. O Banif deveria focar-se mais nas PME (pequenas e médias empresas) portuguesas, que correspondiam a quase 50% do total da sua carteira de crédito em 2011. De acordo com o banco, esse segmento teve uma margem de juros líquidos de custos de riscos, mais alta e com maturidades médias mais baixas.
- iii. Por fim, o Banif deveria depender do seu segmento de crédito ao consumo, maioritariamente ligado ao setor automóvel, onde agia numa rede forte, construída ao longo do tempo.

O projeto de plano de reestruturação, incluí ainda uma reorganização das operações do Banif em três unidades de gestão: Banif *Retail Bank* (unidade principal), Banif *Legacy* e Banif Mais (apenas as atividades domésticas do Banif Mais, sendo as restantes transferidas com o intuito de alienação ou encerramento). O Banif *Retail Bank* e Banif *Legacy*, deveriam ser geridas separadamente, mas sem que tivessem entidades jurídicas diferentes.

Medidas de Recapitalização

De forma a respeitar os requisitos de fundos próprios, o Banif recebeu do Estado português, ao abrigo da Decisão de Resgate, 1,1 mM€ para recapitalizar o banco.

O auxílio foi dividido em duas medidas:

- Na emissão de 70 mil milhões de novas ações do Banif, o que equivaleu a um aumento de capital de 700 M€;
- E, na subscrição de títulos híbridos também por parte do Estado português – Obrigações CoCos, obrigações de conversão contingente – no valor de 400 M€ emitidos pelo Banif;

Deste modo, o Estado tornou-se acionista maioritário, com 60,53% do capital social e 49,37% do direito de voto. Na sequência desta recapitalização, seria expectável que o rácio CT1 do Banif estivesse perto dos 10,5 pontos percentuais, quando calculado com as regras CRD II.

Ações Especiais

A emissão de 70 mil milhões de novas ações do Banif – Ações Especiais -, subscritas pelo Estado português com o valor de 0,01€/ação, equivaleu ao Banif um aumento de capital de 700M€, a devolver até ao final de 2017.

O Estado poderia dispor, total ou parcialmente, da sua participação no Banif, independentemente dos direitos legais previstos na lei, enquanto o Banif tinha a opção de, sujeito à aprovação do BdP, recomprar as ações especiais pelo preço de venda, assim como os restantes acionistas tinham prioridade na compra destas ações pelo mesmo valor.

Estas ações especiais emitidas para o Estado beneficiavam ainda de um dividendo preferencial, isto é, eram ações preferenciais que representavam parte do capital social do Banif, com prioridade na distribuição de lucros, e ao contrário dos restantes acionistas, tinham limitações nos direitos de voto.

Títulos híbridos

A subscrição de títulos híbridos, também por parte do Estado português, – Obrigações CoCos – no valor de 400 M€ emitidos pelo Banif, convertíveis em ações eram remunerados à taxa de 9,5% a devolver até ao final de 2014.

Os títulos híbridos constituíam títulos diretos, sem data, subordinados ao Banif e *rank pari passu* – idênticos e sem preferência. Estavam totalmente emitidos e lançados ao par, isto é, ao seu valor nominal. Estes só podiam ser detidos por Portugal ou pelo próprio Banif, como consequência de uma opção de recompra.

Até junho de 2013, o Banif tinha como objetivo mobilizar 450 M€ em capital privado, cujo propósito seria recomprar pelo menos 150 M€ destes títulos. O incumprimento da mobilização do capital

privado no montante de 450 M€ até à data assinalada, implicava a atribuição de direitos de votos sem restrição a todas as ações especiais.

Estes dois instrumentos de financiamento conferiam o seguinte mecanismo de conversão obrigatória: Se o total dos 450 M€ de capital privado não fosse pago até cada uma das datas de vencimento dos cupões – 30 de junho de 2013, 31 de dezembro de 2013 e 2014 – todas as *CoCos Bonds* pendentes seriam convertíveis em ações com pleno direito de voto como as ações normais e a um dividendo preferencial com base num preço não superior a 0,01€/ação. A todas as ações especiais seria proporcionado o pleno direito de voto.

Os cupões destes títulos eram semestrais, com uma taxa anual efetiva de 9,5%. A primeira amortização de capital seria feita a 30 de junho de 2013, seguida de um aumento da taxa de juro em 0,25 pontos percentuais. Seria expectável que o reembolso fosse de 150M€ a 30 de junho de 2013, 125M€ a 31 de dezembro de 2013 e os restantes 125M€ a 31 de dezembro de 2014, a não ser que fossem convertidos em ações.

Tal como as ações especiais, o Banif tinha a opção de recompra dos títulos, total ou parcialmente, por sua própria iniciativa a qualquer momento pelo valor do capital acrescido dos juros vencidos e não pagos, sempre sujeito à aprovação prévia do BdP que impunha que ou o capital tivesse sido substituído por igual ou maior valor, ou, que o Banif provasse que os seus fundos próprios após a recompra, conseguissem exercer, por uma margem que o BdP considerasse adequada, ao mínimo do rácio CT1, ou qualquer outro requerimento exigido a essa data.

Os recursos adquiridos com títulos híbridos, deveriam ser usados para garantir que o rácio CT1 do Banif estivesse em conformidade com os requisitos exigidos.

Os Principais objetivos e Projeções financeiras

Com a reestruturação e a ajuda estatal realizadas, o Banif viu exigidas algumas metas definidas pela Comissão Europeia, publicadas posteriormente a 24 de julho de 2015 no documento SA 36123 (EUROPEAN COMMISSION, 2015b).

Os principais objetivos eram:

- Até final de 2016, repor o banco como propriedade privada a 100%;
- Manter um rácio mínimo CT1 de 8,8% a partir de 2014, de acordo com as regras de Basileia III;
- Reduzir a dependência do financiamento do BCE até ao final de 2017;
- Reduzir o número de balcões até 2017, ficando com menos de metade em relação a 2012;
- Vender o Banif Mais, até junho de 2017, exceto se a ajuda estatal fosse reembolsada até junho de 2016;
- Por fim, reduzir postos de trabalho efetivos até 2017, um decréscimo de 54% em relação a 2012;

Como já foi referido, o projeto de reestruturação, também referia projeções financeiras, tanto de Balanço – tabela 5.1 - como de Conta de ganhos e perdas – tabela 5.2. Elas eram:

Tabela 5.1 - Objetivos e Previsões – Balanço – uni: milhares

Balanço	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Empréstimos Brutos	10.914	9.918	[8.500;9.000]	[7.500;9.000]	[7.500;9.000]	[7.500;9.000]
Provisões Totais	-1.098	-1.315	[-1.500;-1.000]	[-1.500;-1.000]	[-1.500;-1.000]	[-1.500;-1.000]
Ativos do Tesouro	2.974	2.607	[2.500;3.000]	[2.500;3.000]	[2.500;3.000]	[2.500;3.000]
Outros Ativos	2.303	2.394	[2.000;2.500]	[1.500;2.000]	[1.500;2.000]	[1.000;1.500]
Total do Ativo	15.092	13.603	[10.000;15.000]	[10.000;15.000]	[10.000;15.000]	[10.000;15.000]
Depósitos	7.750	6.966	[6.000;6.500]	[5.500;6.000]	[5.500;6.000]	[5.500;6.000]
Capitais Próprios	1.076	877	[800;850]	[800;850]	[750;800]	[800;850]
Ativos ponderados pelo risco	10.757	9.506	[8.000;8.500]	[7.000;7.500]	[6.500;7.000]	[6.000;6.500]
Rácio empréstimos/depósitos	127,00%	123,00%	[120%;130%]	[110%;120%]	[110%;120%]	[110%;120%]
CET1	11,15%	11,16%	[5%;10%]	[10%;15%]	[10%;15%]	[10%;15%]

Tabela 5.2 - Objetivos e Previsões - Ganhos e Perdas – uni: milhares

Ganhos e perdas	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Rendimento de juros	795	579	[450;500]	[300;350]	[300;350]	[300;350]
Despesas com juros	-622	-404	[-350;-300]	[-200;-150]	[-200;-150]	[-200;-150]
NII (rendimento líquido de juros)	173	145	[150;200]	[150;200]	[150;200]	[150;200]
Total de receitas	184	218	[300;350]	[200;250]	[200;250]	[250;300]
Custos operacionais	-328	-269	[-250;-200]	[-150;-100]	[-150;-100]	[-150;-100]
Lucros depois de impostos	-578	-470	[-250;-200]	[-5;0]	[10;20]	[30;40]
ROE (rentabilidade de capitais próprios)	-102,6%	-48,1%	[-30%;-20%]	[-5%;0%]	[0%;5%]	[0%;5%]
NIM (margem de juros líquida)	1,4%	1,0%	[0%;5%]	[0%;5%]	[0%;5%]	[0%;5%]
Relação custo/rendimento	178,00%	131,00%	[70%;80%]	[60%;70%]	[50%;60%]	[40%;50%]

Porém, era no banco, enquanto unidade principal, que estavam previstos os maiores resultados que iriam fazer com que o Banif regressasse aos lucros em 2016. Esses resultados baseavam-se nos seguintes objetivos e previsões:

- Manter um balanço entre [5;10] mil milhões de Euros durante o período de reestruturação;
- Regressar a uma rentabilidade de capitais próprios (ROE) que pudessem ser investidos, superior a 10% em 2017;
- Reduzir o rácio de empréstimos/depósitos para um valor inferior a 120% em 2017;
- Reduzir para um valor abaixo de 60% o rácio custos/rendimento até 2017;
- Aumento do rendimento líquido de juros e uma diminuição dos encargos com imparidades;

Após descritas todas as condições e projeções existentes no plano de reestruturação, passamos à análise destas últimas. Rubrica por rubrica serão analisados os dados históricos e feita a análise realidade *versus* projeção, concluindo se o Banif conseguiu respeitar as indicações propostas ou não.

6. Análise Financeira

Com as projeções e objetivos indicados pela Comissão Europeia, será analisado individualmente cada um dos rácios e rubricas do balanço e demonstração de resultados. Neste capítulo, comparamos não só as projeções divulgadas com os dados publicados nos relatórios oficiais de 2014 (Banif SA, 2014) e dos três primeiros trimestres de 2015 (Banif SA, 2015a, 2015b, 2015c) - enviados à CMVM (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários) – como também o comportamento histórico de cada um destes rácios e rubricas.

O relatório e contas apresentado pelas empresas a cada seis meses apresenta um conjunto de documentos que se designam por demonstrações financeiras, das quais fazem parte o Balanço, a Demonstração dos Resultados e a Demonstração dos Fluxos de Caixa. A estes documentos seguem anexas tantas notas quantas as necessárias, de forma a explicar detalhadamente o que está indicado nas demonstrações financeiras.

Assim, a análise financeira de uma empresa deve ter como ponto de partida a análise a estes documentos principais, já que é através desta que se obtém uma visão global da situação económica e financeira da empresa.

O Balanço tem uma natureza acumulativa. É a imagem da empresa no último dia do semestre ou do ano, conforme diz respeito ao relatório semestral ou anual, e faz uma abordagem estritamente financeira – despesas e receitas.

A Demonstração dos Resultados faz uma abordagem económica, já que explica como é que os valores indicados no Balanço foram gerados ao longo do período em análise – gastos e rendimentos.

Por último, a Demonstração dos Fluxos de Caixa faz uma abordagem monetária, registando o total de recebimentos e pagamentos efetuados ao longo do período em análise.

Cada um destes documentos assume um objetivo distinto, já que a abordagem de cada um é singular, mas que em conjunto se complementam.

Balanço

O Balanço assume uma abordagem estritamente financeira, já que a sua principal função é mostrar a situação da empresa num determinado momento.(Mota e Custódio, 2012) Assim, é um mapa estático e reporta a um momento exato no tempo.

Ativo	Passivo
	Obrigações da empresa para com outras entidades.
Bens e direitos da empresa sobre terceiros.	Capital Próprio
	Obrigações financeiras para com os seus sócios/acionistas após liquidado o passivo.

Ilustração 6.1 - Estrutura do Balanço

$$\text{Ativo} = \text{Passivo} + \text{Capital Próprio}$$

Equação 6.1 - Equação do Balanço

O Balanço é dividido em dois grupos, sendo um deles novamente subdividido. Tal como o nome denota, dá-nos uma relação de equilíbrio, como mostra a ilustração 6.1 e equação 6.1.

O Ativo é o primeiro grupo analisado. É constituído pelos bens e direitos da empresa sobre terceiros, que são resultado de acontecimentos passados e dos quais se espera que gerem benefícios económicos futuros. Podemos encontrar informação sobre Caixa e Disponibilidades, Ativos Financeiros, Aplicações em outras instituições financeiras, Crédito a clientes, entre outros.

Todos os valores apresentados neste documento em tabelas e gráficos estão expressos em milhares, salvo quando expressamente indicado.

Crédito Bruto e Imparidade

O Crédito a Clientes, seja ele a Empresas ou a Particulares, tem grande importância no Ativo de um banco. No Banif, representou cerca de 70 a 80 por cento do valor total do Ativo, desde 2005 a 2012, descendo para 59 e 52 por cento em 2013 e 2014, respetivamente.

À análise ao Crédito concedido, é obrigatório acrescentar a análise da imparidade sobre o mesmo. A imparidade é um conceito contabilístico que contradiz a essência do conceito de Ativo. Se por um lado, um Ativo é um recurso controlado pela entidade, que é resultado de acontecimentos passados do qual se espera benefícios económicos futuros, é possível que um ativo não corresponda à sua efetiva capacidade de gerar benefícios económicos. É nesta circunstância que surge o conceito de imparidade.

Entenda-se por imparidade a perda de valor sofrida por um Ativo, por razões externas ou internas à entidade, traduzindo uma menor capacidade que o Ativo tem para criar benefícios económicos. É nestes moldes que a imparidade surge no Balanço de uma empresa - no Ativo - com valor negativo.

Tabela 6.1 - Crédito a Clientes (Resumo)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	03/15	06/15	09/15
Empresas	3.154.764	3.563.704	4.353.677	5.453.308	5.762.444	5.740.311	5.138.913	4.418.016	3.649.437	3.019.292	2.909.144	3.154.000	3.202.000
Particulares	2.996.239	3.459.543	4.111.480	4.458.882	5.258.323	5.713.051	5.389.766	4.898.684	4.072.662	3.465.418	3.419.291	3.345.000	3.211.000
Outros	133.611	187.234	351.011	678.473	984.296	1.347.749	1.468.674	1.588.446	1.407.142	1.420.945	1.417.227	1.159.000	1.199.000
Imparidade	-135.423	-164.740	-196.393	-253.714	-517.199	-594.857	-813.531	-1.097.764	-1.160.217	-1.050.658	-1.074.744	-1.020.700	-1.047.300
	6.149.191	7.045.741	8.619.775	10.336.949	11.487.864	12.206.254	11.183.822	9.807.382	7.969.024	6.854.997	6.670.918	6.637.300	6.564.700

Analisando a ilustração 6.2 juntamente com os valores expostos na tabela 6.1, verifica-se que o crédito a clientes teve um comportamento crescente até ao ano de 2010. Também a imparidade acompanhou o mesmo comportamento, tendo sido em 2009 o seu primeiro grande incremento, de 264 M€.

Desde então, imparidade e crédito concedido têm comportamentos distintos. Enquanto a imparidade mantém o mesmo comportamento crescente, isto é, até hoje verifica-se que tem vindo a aumentar, sendo cada vez maior o rácio entre imparidade e total de crédito concedido a clientes, o crédito a clientes iniciou o seu decréscimo em 2011, igualando em 2013 os valores de 2007.

Podemos verificar este comportamento através da tabela 6.1 e ilustração 6.2.

Tabela 6.2 - Rácio Imparidade / Crédito

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	09/15
<i>Imparidade Crédito</i>	2,2%	2,3%	2,2%	2,4%	4,3%	4,6%	6,8%	10,1%	12,7%	13,3%	13,8%

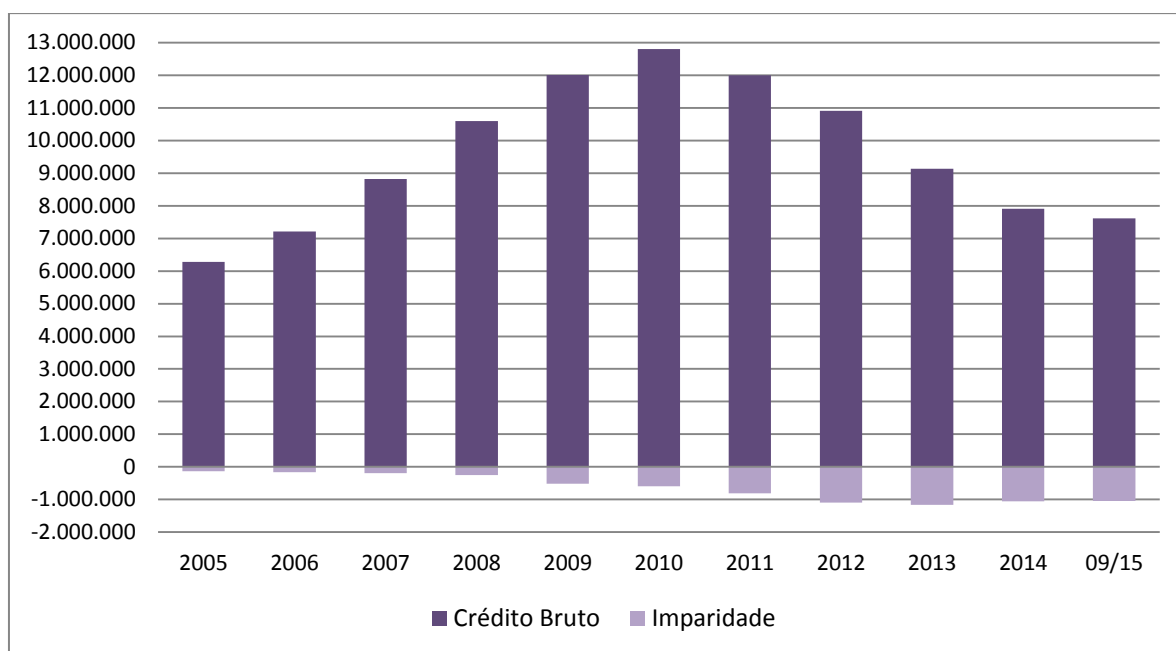


Ilustração 6.2 - Evolução do Crédito a clientes e das imparidades em Crédito Concedido

Com os objetivos traçados pela Comissão Europeia - ilustração 6.3 -, o Banif deveria manter o crédito a clientes entre os 8,5 mM€ e os 9 mM€, em 2014, e os 7,5 mM€ e os 9 mM€ nos anos seguintes até 2017.

A médio prazo, as projeções pediam um crédito bruto entre os 7,5 mM€ e os 9 mM€, o que nos leva a concluir que o Banif respeitou as condições impostas, alcançando os 7,9 mM€ e 7,6 mM€ em crédito bruto no final de 2014 e setembro de 2015, respetivamente, apesar de no primeiro ano ter reduzido mais do que o limite mínimo estabelecido.



Ilustração 6.3 - Projeções do Crédito a Clientes e Imparidades em Crédito Concedido

Para os valores da imparidade, a Comissão Europeia exigia um intervalo entre os 1 e 1,5 mM€. Ao longo dos anos, o Banif pouco ultrapassou o valor de 1 mM€, tendo sido em 2013 - 1,16 mM€ - o montante máximo alcançado.

Se analisarmos a relação entre a imparidade e o crédito bruto a nível nacional – dados do BdP para o intervalo temporal de 2007 a 2014 (www.bportugal.pt/, sem data), ilustração 6.4 -, verificamos que o rácio imparidade / crédito teve um crescimento gradual ao longo dos anos. Se em 2007 a imparidade representava 2,4 pontos percentuais, em junho de 2014 representa 7,59 pontos percentuais. Isto corresponde a um aumento de mais de 5 pontos percentuais em apenas sete anos.

Todavia, quando comparados os rácios do mercado português com o Banif, do peso da imparidade sobre o total do crédito bruto, ilustração 6.5, é evidenciada a elevada discrepância entre o Banif e o mercado português.

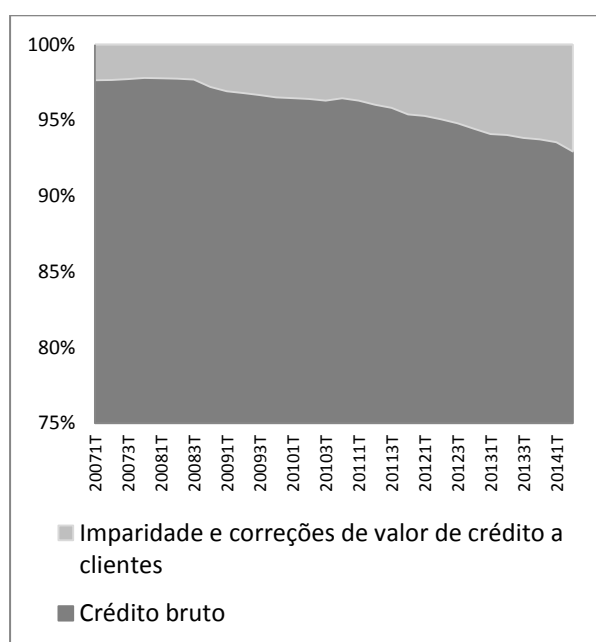


Ilustração 6.4 - Relação da Imparidade em relação ao Crédito Bruto

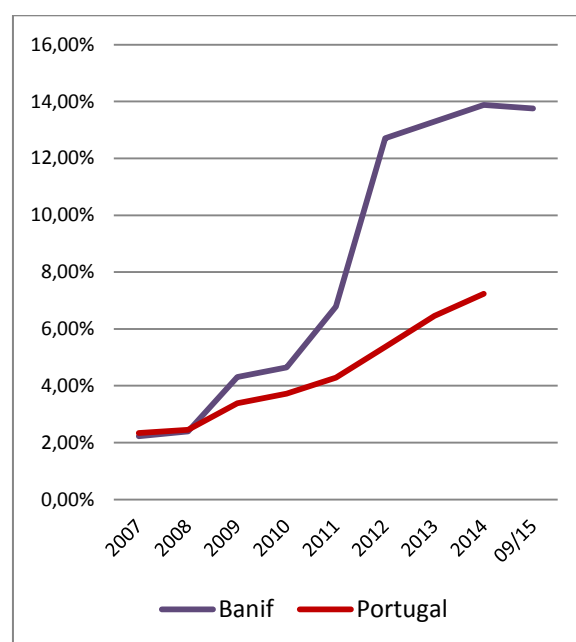


Ilustração 6.5 - Rácio entre Imparidade e Valor de Crédito Bruto

Ativos do Tesouro

Não foi possível através da análise dos diversos relatórios públicos do Banif chegar aos valores apresentados pela Comissão Europeia no relatório SA 36123, pelo que esta rubrica não foi analisada.

Total do Ativo

Não sendo possível chegar aos 15 mM€ que a Comissão Europeia apresentou na tabela de projeções como valor total do ativo em 2012 – SA 36123 (EUROPEAN COMMISSION, 2015b), podemos verificar na tabela 6.3 a evolução do ativo do Banif desde 2005 a setembro de 2015.

Tabela 6.3 - Evolução do Total do Ativo

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	set/15
Total do Ativo	8.354.359	9.151.014	10.760.960	12.876.616	14.442.205	15.710.692	15.823.114	13.992.293	13.603.492	13.125.494	11.956.100

A Comissão Europeia apenas pedia um total de ativo entre 10.000 a 15.000 mM€, que foi cumprido em 13.125 mM, em 2014, e 11.956 mM€, a setembro de 2015.

De seguida, faz-se a análise ao Passivo. Este é constituído pelas obrigações da empresa para com outras entidades, que são resultado de acontecimentos passados dos quais se espera que resulte um fluxo por parte da entidade, incorporando benefícios económicos. Podemos encontrar informação sobre: recursos de Bancos Centrais e de clientes, responsabilidades representadas por títulos, passivos financeiros, entre outros.

Depósitos

Paralelamente ao Crédito a Clientes – no Ativo –, os depósitos têm grande importância no Passivo de um banco. No Banif representam cerca de 50 a 57 por cento do valor total do Passivo, desde 2005. Em 2012 e 2013 apresentaram a percentagem máxima e mínima, respetivamente, desde 2005 até hoje.

Tabela 6.4 - Evolução do Crédito a Clientes

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
À vista	1.635.473	1.566.179	1.584.554	1.415.660	1.281.592	1.647.748	2.290.260	1.336.966	1.148.129	1.427.115
A prazo	2.160.848	2.585.659	3.331.229	4.499.332	4.846.045	5.521.242	5.129.346	5.627.064	3.966.632	3.842.326
Poupança	205.880	203.648	200.496	181.801	117.128	108.826	90.309	96.998	62.282	62.173
Outros	74.669	71.401	215.219	418.070	556.709	562.234	520.777	689.402	1.126.237	1.167.673
	4.076.870	4.426.887	5.331.498	6.514.863	6.801.474	7.840.050	8.030.692	7.750.430	6.303.280	6.499.287

Analisando a ilustração 6.6 e tendo em consideração os valores dos vários tipos de depósitos descritos na tabela 6.4, observa-se um comportamento crescente até ao ano de 2011, seguido de um comportamento decrescente.

Consideramos o ano de 2013 um ano atípico, identificando uma quebra mais brusca e que se desvia sensivelmente do comportamento esperado. Contudo, e apesar de aumentar relativamente ao ano anterior, 2014 mantém-se no comportamento que seria considerado expetável.

Comparando os montantes apresentados pelo Banif com a taxa de poupança dos particulares⁴ - percentagem do rendimento disponível -, não é imediatamente perceptível a sua dependência. Seria expetável uma quebra nos anos de 2008, 2011 e 2012.

De acordo com a taxa de poupança, os anos de 2010 e 2013 são de recuperação, o que nos leva novamente a confirmar que, para o Banif, 2013 foi um ano atípico, e a reestruturação em janeiro de 2013 teve impacto nos depósitos, principalmente nos depósitos a prazo, conforme mostra a tabela 6.4.

⁴ Analisado no [capítulo 3](#).

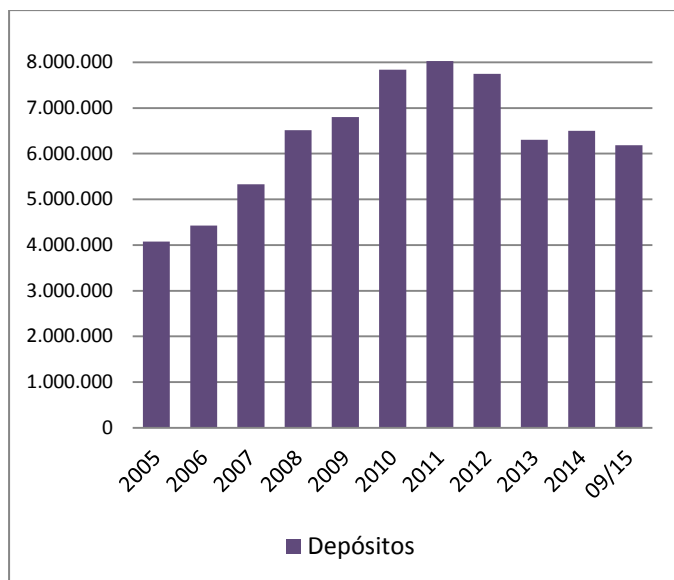


Ilustração 6.6- Evolução dos Depósitos

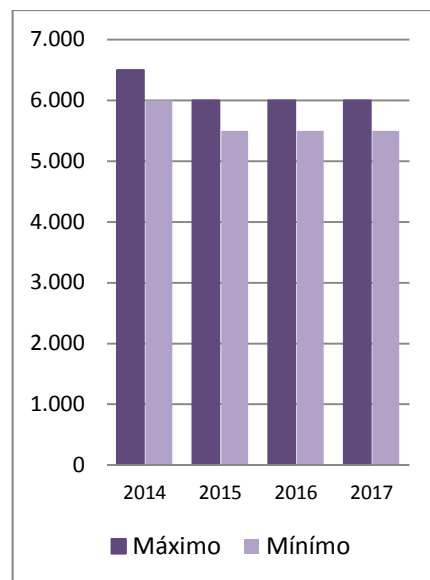


Ilustração 6.7 - Projeções Depósitos

A Comissão Europeia indicou que o Banif deveria atingir os seguintes valores no que respeita aos montantes de depósitos: entre 6 mM€ e 6,5 mM€ para 2014 – que foi respeitado com 6,5mM€ - e entre 5,5 mM€ e 6 mM€ para os anos seguintes. A setembro de 2015, o Banif registou o valor de 6,2 mM€, ligeiramente acima dos objetivos impostos.

Rácio empréstimos/depósitos

Terminada a análise ao crédito e aos depósitos, analisa-se o rácio entre os mesmos.

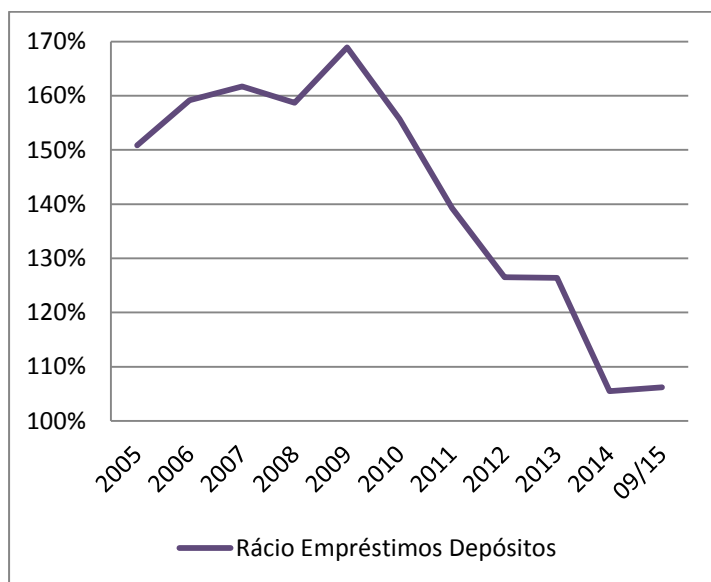


Ilustração 6.8 - Evolução do Rácio Empréstimos / Depósitos

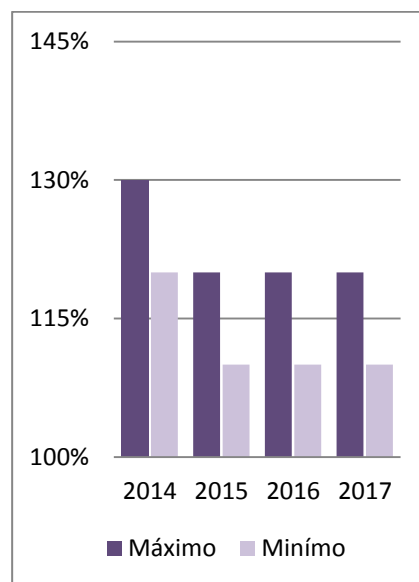


Ilustração 6.9 - Projeções Rácio Empréstimos / Depósitos

As projeções da Comissão Europeia pedem que este rácio se situe entre os 120% e os 130% para o primeiro ano e os 110% e os 120% para os anos seguintes.

Analisando toda a história do Banif (desde 2005) – ilustração 6.8 -, este rácio manteve-se sempre acima dos 150% até 2010. Não obstante, desde então tem vindo a decrescer, atingindo 139%, 127% e 126% nos anos seguintes.

Apesar das projeções indicarem um intervalo superior ao verificado, o rácio para 2014 foi de 105%, essencialmente devido à redução de 1,2 mM€ em crédito concedido, e de 106% no final do terceiro trimestre de 2015.

Capitais Próprios

Para analisarmos os capitais próprios necessitamos não só de observar o capital social do banco, mas também a nota referente às Operações de Capital Próprio existente nos relatórios.

Desse modo, ao somarmos as várias componentes desta nota, obtemos o capital próprio.

Em outubro de 2010, o conselho de administração do Banif SGPS deliberou proceder a um aumento de capital, atingindo os 570 M€, com a finalidade de reforço à estrutura dos fundos próprios e preservação da solidez financeira do grupo.

Foi ainda nesse ano que o grupo efetuou uma emissão de obrigações no montante próximo de 50 M€, com vencimento no final de 2013, colocada junto à base de clientes. Em 2011, houve nova emissão de 50 M€, fundível com a anterior e colocada na rede de igual forma.

Apesar da ajuda estatal ter data de janeiro de 2013, a Comissão Europeia e o Banif consideram que a ajuda estatal de 700 M€ já se encontra no lado do Banif a dezembro de 2012. É nesses moldes que conseguimos fazer a mesma análise – realidade para 2012 e 2013, ilustração 6.10, e previsões e objetivos indicados pela Comissão Europeia, ilustração 6.11.

Os capitais próprios tiveram quase sempre uma evolução crescente, exceto nos anos de 2011 e 2012 e posteriormente a partir de 2013. Para esta evolução considera-se aumentos de capital em 2006, nos três anos de 2008 a 2010 e mais tarde em 2013 e 2014.

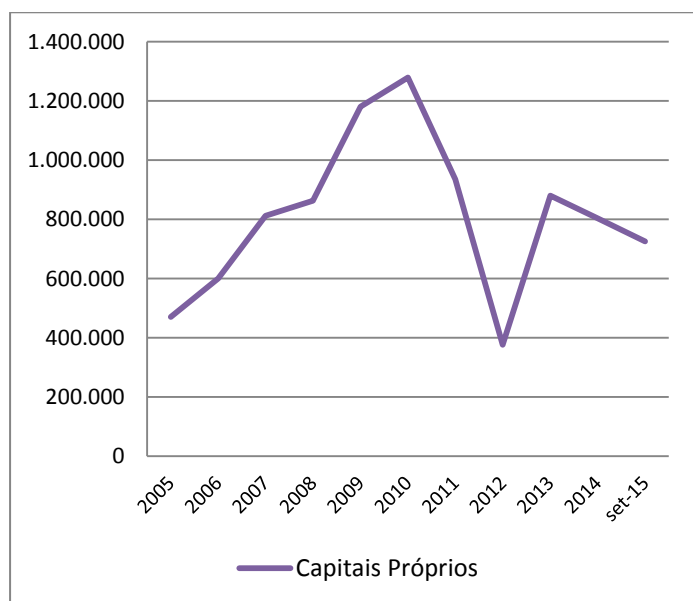


Ilustração 6.10 - Evolução dos Capitais Próprios

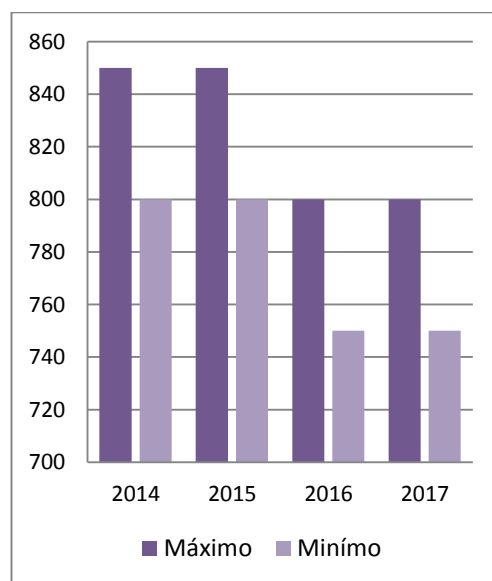


Ilustração 6.11 – Projeção Capital Próprio

De acordo com os objetivos traçados pela Comissão Europeia, o Banif cumpriu para o ano de 2014, e posicionou-se 75 M€ abaixo do limite mínimo imposto em setembro de 2015.

Ativos ponderados pelo risco

Os ativos ponderados pelo risco apresentam um comportamento crescente até 2010. Desde aí têm vindo a diminuir apesar de estarem acima dos 8 mM€.

Segundo a Comissão Europeia – ilustração 6.13 – estes devem ir reduzindo até se manterem no intervalo entre os 6 mM€ e os 6,5 mM€.

Ao analisarmos a evolução até 2015, esse intervalo verifica-se apenas até 2007. A Comissão Europeia pedia para 2014 entre 8 e 8,5 mM€, o que não foi verificado. O Banif ficou acima do limite máximo indicado com 8,7 mM€.

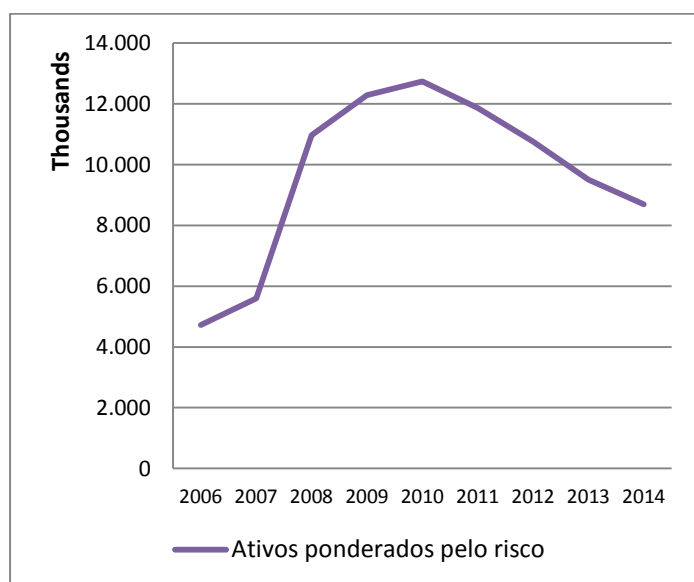


Ilustração 6.12 - Evolução dos Ativos ponderados pelo risco

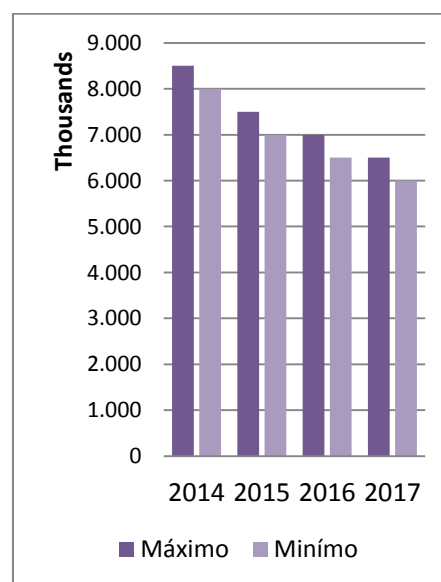


Ilustração 6.13 - Evolução dos Ativos ponderados pelo risco

CT1

O rácio *Core Tier 1* é a medida de solvência das instituições financeiras, calculada através do quociente entre os Fundos Próprios Base, Títulos de participação, Empréstimos subordinados e, os Ativos e Extrapatrimoniais ponderados pelo risco.

Até 2011, o CT1 teve um comportamento relativamente estável, conforme podemos verificar na ilustração 6.14, entre os 6% e os 9%. Contudo, quer em 2012 e 2013, alcança os 11%.

Para 2014, a Comissão Europeia pedia um rácio entre os 5% e os 10%, que foi verificado com 8,4%. Já para os anos seguintes, os limites impostos foram entre os 10% e os 15%. A setembro de 2015, o Banif não conseguiu obter tais resultados, mantendo-se nos 8,5%.

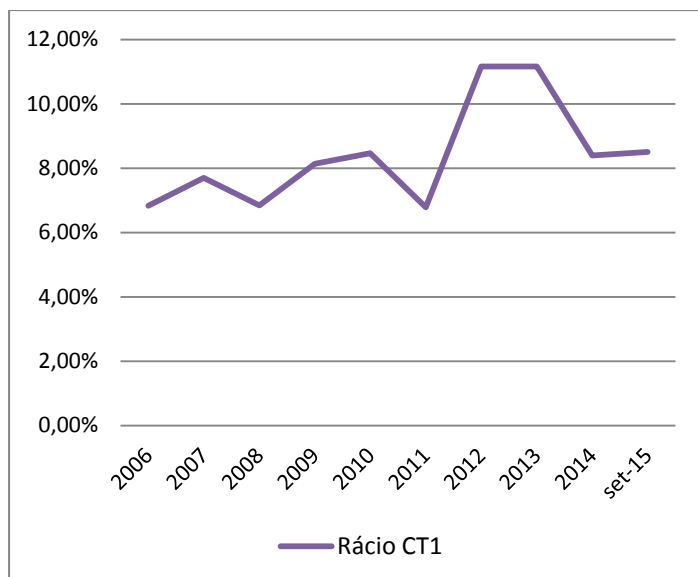


Ilustração 6.14 - Evolução do rácio CT1

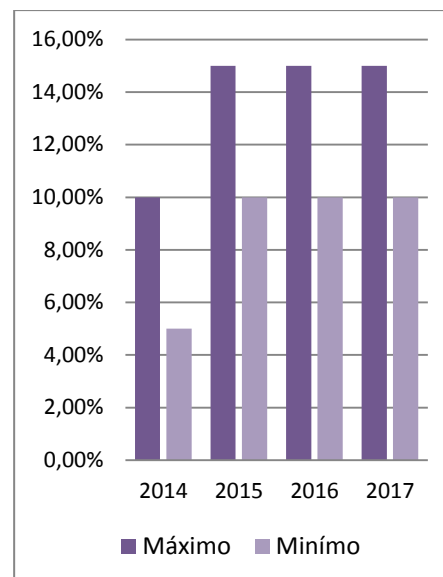


Ilustração 6.15 - Evolução do rácio CT1

Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados mede o valor da riqueza criada num dado período, sendo imediata a conclusão sobre se houve lucro ou prejuízo. Trata-se de uma natureza acumulativa. (Mota e Custódio, 2012) O conceito de resultado é obtido como consequência da diferença entre rendimentos e gastos, considerando rendimentos como incrementos de valores Ativos e decréscimos de valores Passivos, e como gastos a definição contrária.

$$\text{Resultados} = \text{Rendimentos} - \text{Gastos}$$

Equação 6.2 - Equação de Resultado

Através da aplicação da Equação 6.2, sabemos que a empresa apresenta resultados positivos – isto é, lucro – sempre que os seus rendimentos sejam superiores aos seus gastos.

A Demonstração de Resultados está dividida em três grupos: Resultados, Imposto, e por fim, o Resultado final do exercício. O primeiro grupo está ainda subdividido em três partes: a Margem Financeira, o Produto Bancário e o Resultado Operacional.

Margem Financeira	Juros (rendimentos e encargos).
Produto Bancário	
Resultado Operacional	Representa o resultado operacional da empresa, já considerando os gastos com amortizações.
Resultado antes de imposto	
Resultado após impostos	
Resultado Líquido do exercício	Resultado do Exercício.

Ilustração 6.16 - Estrutura da Demonstração de Resultados

Rendimento e despesas com juros

Os rendimentos e despesas com juros são o detalhe da Margem Financeira.

Na ilustração 6.17, podemos verificar que, apesar de inversos, rendimentos e encargos têm comportamentos idênticos, são quase o espelho um do outro.

À soma dos rendimentos e encargos com juros, chamamos Margem Financeira (ou NII – rendimento líquido de juros- como a Comissão Europeia refere (EUROPEAN COMMISSION, 2015b)), que é o primeiro subgrupo dos Resultados, inserido na Demonstração de Resultados.

Analisaremos estes montantes, como valor absoluto.

Rendimentos e encargos têm um comportamento crescente até 2008 – ano em que a crise do *subprime* explode. Em 2009 e 2010, a margem financeira beneficiou do crescimento da atividade de crédito, excluindo os efeitos da integração da carteira de crédito da Tecnicrédito no final de 2009, e de um custo de *funding* interbancário junto ao BCE. A integração da Tecnicrédito contribuiu em 57,2 M€ para a margem financeira no ano de 2010.

A nível dos rendimentos com juros, o ano de 2011 é de recuperação, apesar dos encargos terem uma maior variação, muito devido aos custos de financiamento decorrentes do endividamento das *holdings* do grupo, que aumentaram 21,7 M€, o que implicou um ligeiro decréscimo no total da Margem Financeira desse ano. A saída da Banif Correctora do perímetro de consolidação, no final de 2011, representou uma quebra de 14,9 M€ na margem financeira.

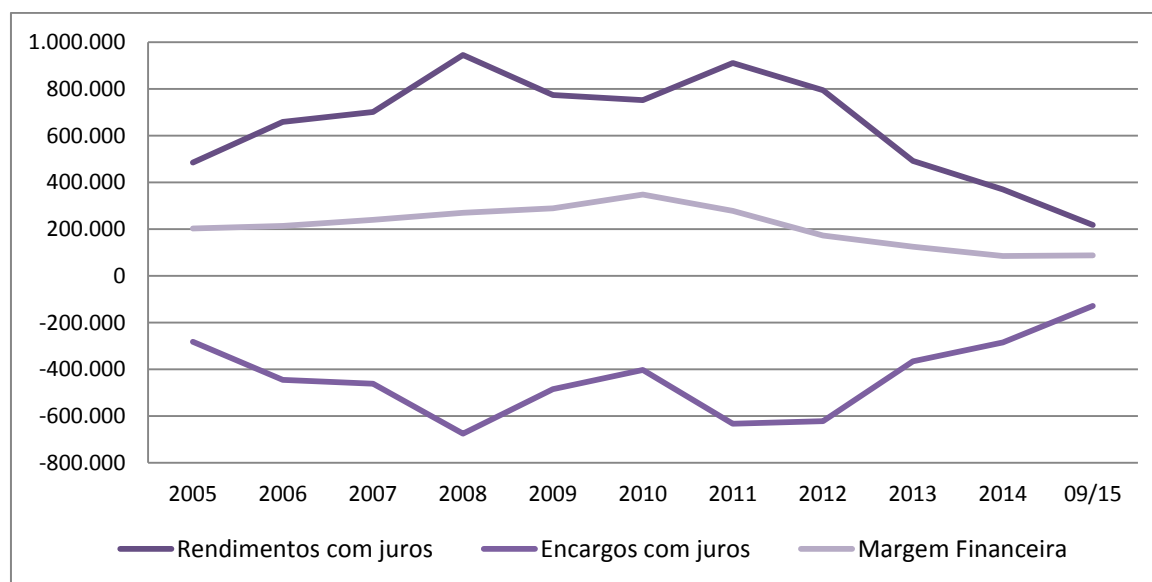


Ilustração 6.17- Evolução da Margem Financeira

Até 2010, a Margem Financeira foi sempre crescente, e desde então tem vindo a reduzir-se, rendimentos e encargos têm vindo a baixar, ficando muito abaixo dos intervalos indicados pela Comissão Europeia, sem nunca ser negativa (ilustração 6.17).

A Comissão Europeia projetou que a Margem Financeira do Banif deveria estar entre os 150 M€ e os 200 M€ (ilustração 6.18). Apesar dos esforços por parte do Banif em reduzir os Encargos com juros (285 M€ em 2014 e 129 M€ em setembro de 2015), os Rendimentos não foram suficientemente altos (369 M€ e 217 M€ respetivamente) para que conseguissem ficar situados dentro do intervalo pedido.

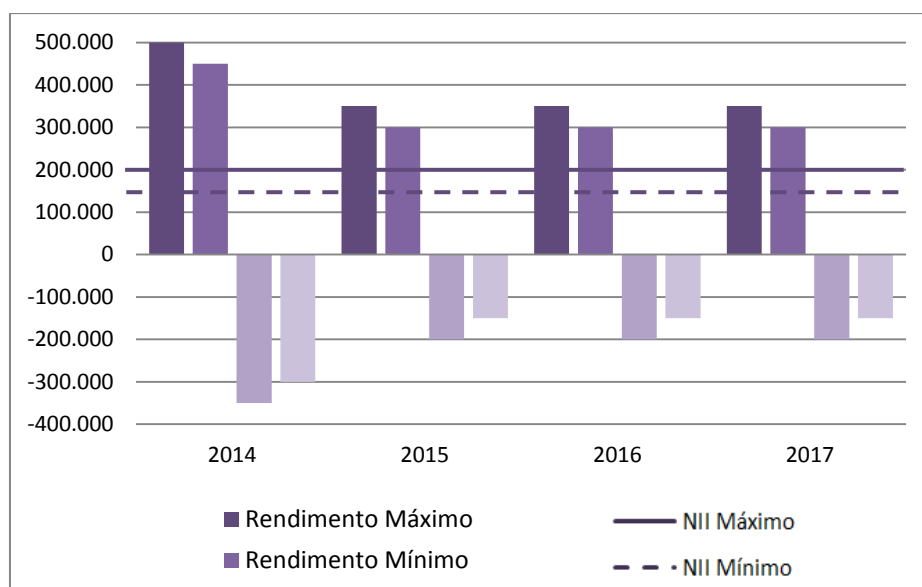


Ilustração 6.18 - Projeção NII

Total de receitas

Se à Margem Financeira adicionarmos rendimentos de instrumentos de capital e de serviços e comissões e os respetivos encargos, resultados de Ativos e Passivos, entre outros, obtemos o Produto Bancário, que nos indica o total de receitas realizadas.

Verificamos pela ilustração 6.19 que, até ao ano de 2011, o Produto Bancário teve um comportamento crescente, alcançando 561 M€. Em 2009, foram contabilizados ganhos brutos de 31,6 M€ com a recompra de passivos emitidos pelo grupo e ainda 20,5 M€ com mais valias das vendas de participações na Zon Madeira, Zon Açores e Via Litoral. Em 2010, com a alienação da participação na Finibanco, Holding SGPS, SA em resultado da OPA lançada pela Associação Mutualista do Montepio Geral por 33,5 M€, resultou de um impacto global líquido de 7,2 M€.- de salientar a imparidade de 16,1 M€ registada no ano anterior e 7,2 M€ em 2010.

Em 2011, a mais valia ascendeu a 46,8 M€ brutos – 37,7 M€ líquidos de impostos – decorrente da alienação da Banif Correctora de Valores e Câmbios.

Em 2012, o Produto Bancário reduz-se para os 377,4 M€, essencialmente alimentado pela redução de 104 M€ da Margem Financeira e de 186 M€ em outros resultados de exploração. Esta última redução é explicada pela diminuição dos proveitos – na recompra de Passivos emitidos e Propriedades de investimento – e pelo aumento dos custos – nas Propriedades de investimento.

Após uma redução tão repentina, existe uma tendência de recuperação nos anos seguintes embora não atinja os valores impostos pela Comissão Europeia – 300 M€ a 350 M€ e 200 M€ a 250 M€ para 2014 (208 M€) e 2015 (170,6 M€), respetivamente (ver ilustração 6.20).

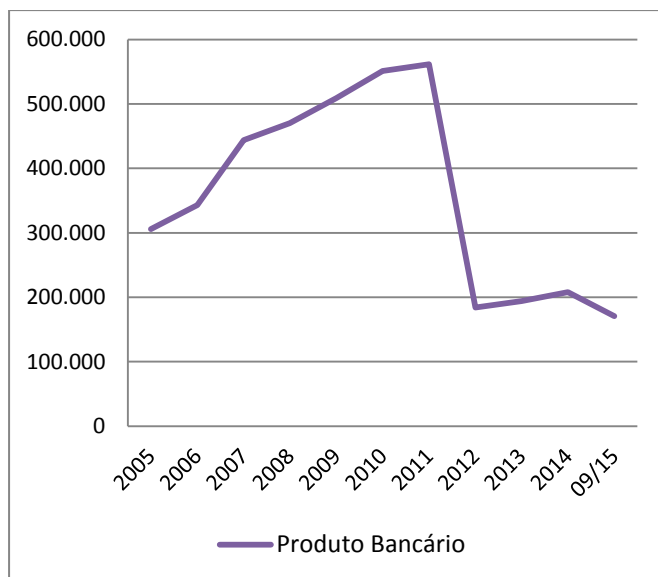


Ilustração 6.19 - Evolução do Produto Bancário

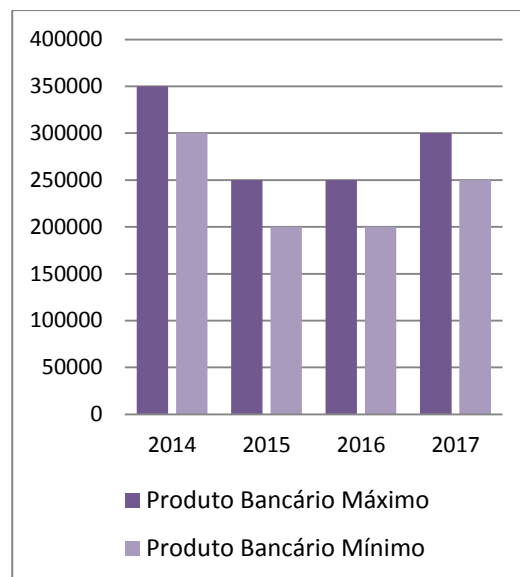


Ilustração 6.20 - Projeção do Produto Bancário

Custos Operacionais

O Resultado Operacional é composto pelos gastos e custos que uma empresa suporta no decorrer da sua atividade.

Em 2008, parte dos custos do Banif são justificados não só pelo *rebranding* anunciado em 2006, como pela expansão da rede em Portugal, Cabo Verde, Brasil e Malta. Também a incorporação do Banif Açores no Banif implicou custos extras com pessoal e gastos administrativos.

Os anos de 2010 e 2011 foram os que tiveram um Custo Operacional mais alto, acima dos 360 M€, devido à integração do Banif Mais, SGPS, SA em 2010. Se até a estes anos, o Custo Operacional foi cada vez maior, quando atingido o máximo, foi decrescendo chegando aos 202 M€ e 120 M€ em 2014 e setembro de 2015, respetivamente, conforme podemos verificar abaixo na tabela 6.5.

Tabela 6.5 - Detalhe da Evolução do Resultado Operacional

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	09/15
Custos com o pessoal	94.835	112.644	136.323	162.606	170.407	183.974	184.133	175.646	128.310	128.195	73.400
Gastos gerais administrativos	71.208	83.869	105.470	134.239	127.130	144.176	141.948	118.745	82.335	55.394	36.700
Amortizações do exercício	18.086	22.576	26.750	31.285	34.668	37.327	35.546	33.585	26.129	18.717	10.300
	184.129	219.089	268.543	328.130	332.205	365.477	361.627	327.976	236.774	202.306	120.400

Não se identifica um motivo em particular para o aumento drástico dos custos nem da sua recuperação. Contudo, nota-se alguma contenção nos gastos gerais administrativos de 2013 para a frente.

A Comissão Europeia traçou como objetivo que o Custo Operacional se situasse no intervalo entre 200 M€ e os 250 M€, para 2014, e entre os 100 M€ e os 150 M€ para os anos seguintes, conforme podemos ver na ilustração 6.22, como consequência da alienação de subsidiárias e da redução do número de balcões do banco. O Banif registou um Custo Operacional dentro do intervalo pedido para 2014 (202,3 M€) e em setembro de 2015 (120,4 M€).



Ilustração 6.21 - Evolução do Resultado Operacional



Ilustração 6.22 - Projeções Resultado Operacional

Lucros depois de impostos

Em 2010, o impacto da consolidação das *holding* cifrava-se em -16,7 M€ (valor indicado no relatório de 2010, sendo que no relatório de 2011 indica -10,9 M€), passando a -61,1 M€ no final do exercício de 2011 - o primeiro ano com resultados consolidados negativos.

Em 2012, o Banif obteve o pior resultado líquido de sempre, -576,4 M€, justificado por um cenário macroeconómico extremamente difícil: forte contração económica, redução do consumo privado, aumento do nível de desemprego e, como consequência de tudo isto, uma acelerada degradação do risco de crédito das empresas e particulares. Adicionalmente, sob indicações das inspeções no âmbito do processo de recapitalização, há um aumento pedido para provisões e imparidades.

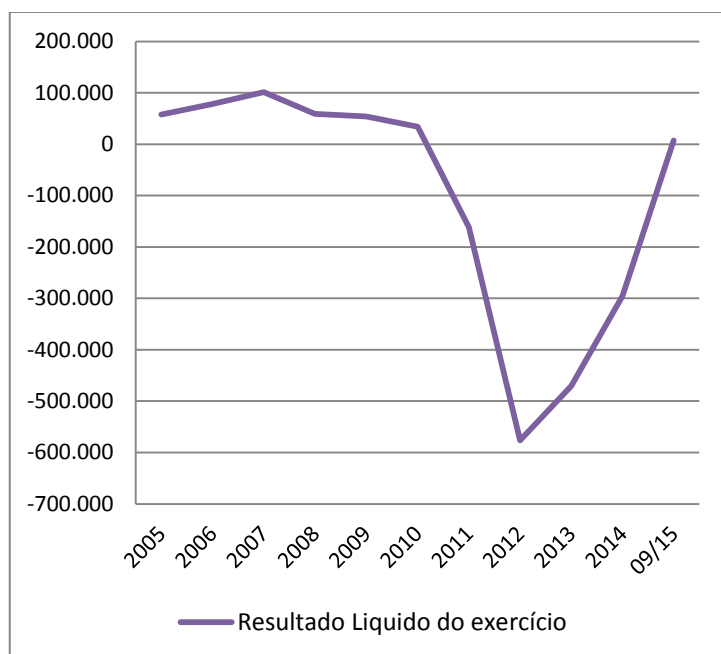


Ilustração 6.23 - Evolução do Resultado do Exercício

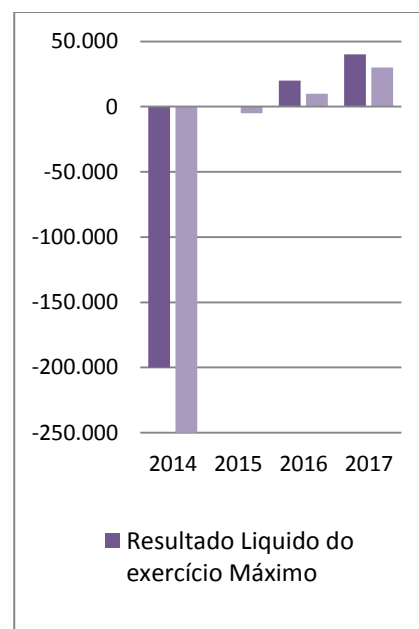


Ilustração 6.24 - Projeções do Resultado do Exercício

Contudo, através das análises anteriormente descritas, concluímos que é no produto bancário que existe a maior contribuição para este resultado – uma redução de 377,4 M€ entre 2011 e 2012 - e não pelo aumento da imparidade referido várias vezes nos diversos relatórios do Banif, uma vez que apenas existe um aumento de 151 M€.

Comparando as projeções da Comissão Europeia com os resultados apresentados pelo Banif, concluímos que o objetivo de um resultado entre -250 M€ e -200 M€ para 2014 não foi superado, uma vez que o Banif registou -295,4 M€.

Já para 2015, a Comissão Europeia pedia um resultado entre -5 M€ e os 0 €, que foi superado com 7,1 M€ a setembro de 2015.

ROE (rentabilidade de capitais próprios)

O ROE mede a rentabilidade dos capitais próprios. É a aplicação direta da equação 6.3.

$$ROE = \frac{\text{Resultado líquido do exercício}}{\text{Capitais Próprios}}$$

Equação 6.3 - Fórmula ROE

Apesar de ser uma fórmula relativamente simples, não conseguimos verificar os valores apresentados no relatório SA 36123 (EUROPEAN COMMISSION, 2015b) da Comissão Europeia a julho de 2015, quando analisados os valores publicados nos relatórios públicos do Banif.

Ainda assim, e aplicando a fórmula, obtemos o gráfico – ilustração 6.25 - e podemos verificar que a rentabilidade do banco foi negativa devido aos resultados negativos analisados no ponto anterior.

Apesar desses resultados, em 2014, o Banif não conseguiu situar-se no intervalo -30%; -20%, tendo apresentado uma rentabilidade de -35%. Contudo, em 2015 o Banif apresentou uma forte recuperação, apresentando uma rentabilidade positiva desde do início do ano.

A Comissão Europeia previa que os resultados fossem positivos apenas a partir de 2016, ainda que relativamente baixos de forma a que o ROE se situasse entre zero e cinco pontos percentuais.

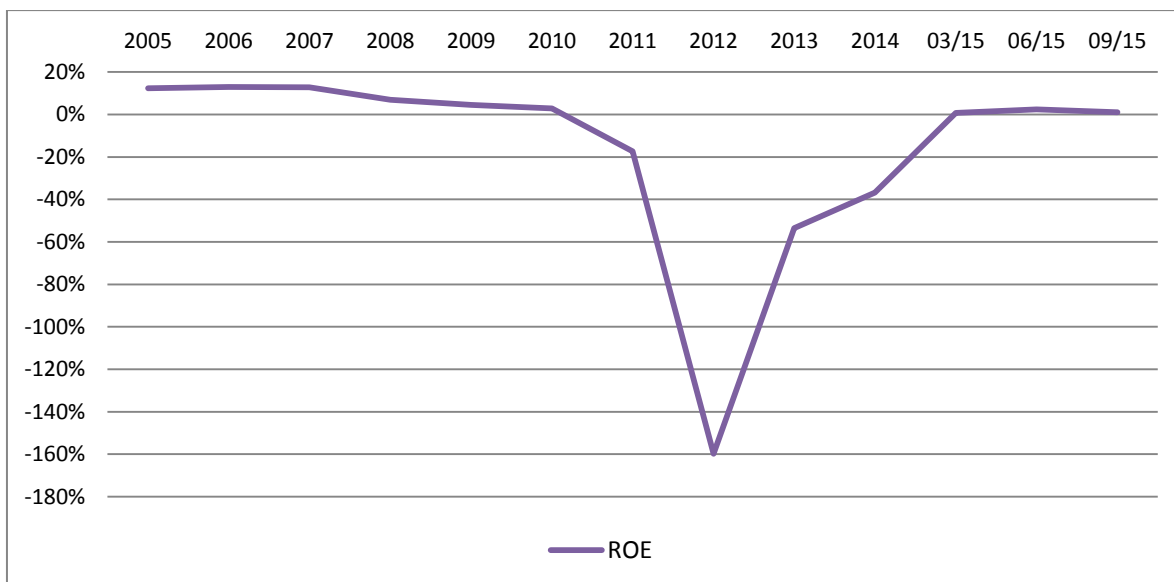


Ilustração 6.25 - Evolução do ROE

NIM (margem de juros líquida)

O rendimento líquido de juros estava previsto aumentar, passando de 93 M€, em 2012, para o intervalo de 150 a 200 M€, em 2017. (EUROPEAN COMMISSION, 2015c) Esse aumento seria induzido por uma subida da margem de juros líquida de 1,8%, em 2012, para 0% a 5% , em 2017, e pela expansão da carteira de crédito de empréstimos brutos até 2017.

Este crescimento explicava-se sobretudo por uma diminuição dos custos de financiamento, aliado a um *spread* de crédito estável.

Não foi possível verificar o comportamento ao longo dos anos, através da análise dos relatórios oficiais publicados, devido à ausência de informação relativa às taxas de juro pagas e recebidas, pelo que esta rubrica também não será analisada com maior detalhe.

Relação custo/rendimento

Analisadas as várias componentes da demonstração financeira, conseguimos obter o rácio custo / rendimento. Este rácio dá-nos a perceção se uma empresa está a ter custos elevados relativamente ao rendimento que consegue gerar com a sua atividade – equação 6.4.

Se estiver acima dos 100%, significa que o custo é superior aos rendimentos que gera. Deduz-se que, caso seja inferior a 100%, a empresa consegue ter rendimentos que “paguem” os seus custos, conseguindo ainda auferir lucro da sua atividade.

$$\frac{|Custo Operacional|}{Produto Bancário} = \begin{cases} |Custo Operacional| < Produto Bancário \Rightarrow < 100\% \\ |Custo Operacional| = Produto Bancário \Rightarrow = 100\% \\ |Custo Operacional| > Produto Bancário \Rightarrow > 100\% \end{cases}$$

Equação 6.4 - Relação Custo/Rendimento

Até 2011, o Banif conseguiu manter este rácio entre os 60% e os 70%. Em 2008, existe um ligeiro pico, muito devido aos gastos, justificado com o pagamento do prémio extraordinário comemorativo dos 20 anos a todos os funcionários.

Foi em 2012, devido à quebra do Produto Bancário, (analisado anteriormente), que a relação custo/rendimento disparou para os 178%.

Apesar da recuperação para valores inferiores, o Banif nunca conseguiu respeitar os limites impostos pela Comissão Europeia: entre 70% e 80% para 2014 – em que obteve 97,27% –; entre 60% e 70% para 2015 – em que obteve 70,57% –; e assim sucessivamente até chegar aos 40% e 50% em 2017.

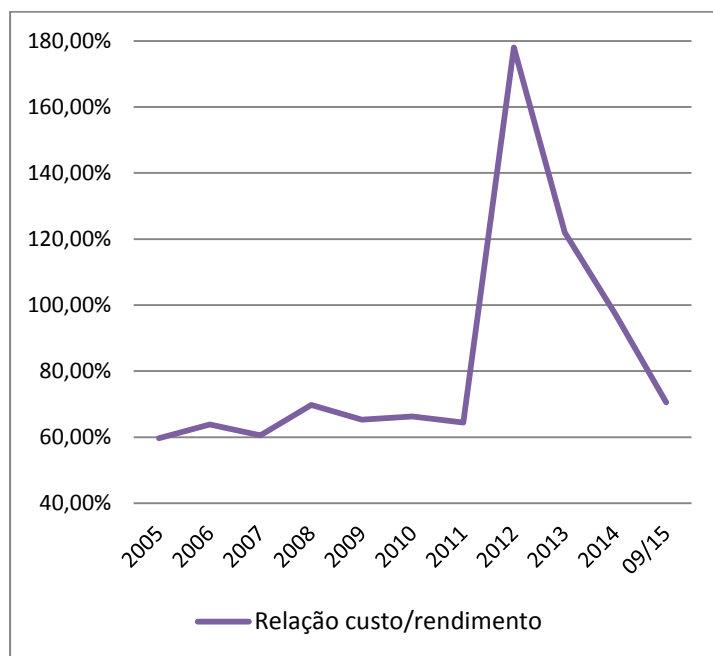


Ilustração 6.26 - Evolução da relação Custo/Rendimento

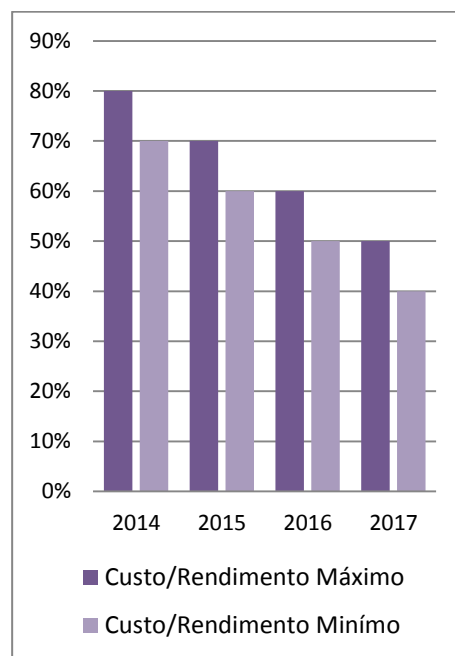


Ilustração 6.27 - Projeção da relação Custo/Rendimento

Apresentamos de seguida, e de uma forma mais resumida, os resultados comparativos entre as projeções apresentadas no plano de reestruturação e os resultados efetivos do Banif.

Se analisarmos os intervalos projetados no plano de reestruturação com os dados registados oficialmente pelo Banif, conseguimos reconhecer nas tabelas 6.6 e 6.7 se foram ou não atingidos tais objetivos.

Na análise gráfica, a cor verde significa que os dados apresentados se encontram dentro dos limites propostos, a vermelha fora dos limites, e por último, a amarela se se encontram próximas dos limites superior ou inferior do proposto.

Não ter cor significa que não foi possível a sua análise ou que ultrapassou os limites, sendo que para a análise feita, foi um desvio positivo ao indicado – casos dos lucros após impostos e o ROE, com valores positivos a setembro de 2015 ao contrário do projetado no plano de reestruturação.

Tabela 6.6 - Apresentação gráfica das projeções analisadas - Balanço – uni: milhares

Balanço	2014	2015
Empréstimos Brutos	[8.500;9.000]	[7.500;9.000]
Provisões Totais	[-1.500;-1.000]	[-1.500;-1.000]
Ativos do Tesouro	[2.500;3.000]	[2.500;3.000]
Outros Ativos	[2.000;2.500]	[1.500;2.000]
Total do Ativo	[10.000;15.000]	[10.000;15.000]
Depósitos	[6.000;6.500]	[5.500;6.000]
Capitais Próprios	[800;850]	[800;850]
Ativos ponderados pelo risco	[8.000;8.500]	[7.000;7.500]
Rácio empréstimos/depósitos	[120%;130%]	[110%;120%]
CET1	[5%;10%]	[10%;15%]

Tabela 6.7 - Apresentação gráfica das projeções analisadas - Demonstração de Resultados – uni: milhares

Ganhos e perdas	2014	2015
Rendimento de juros	[450;500]	[300;350]
Despesas com juros	[-350;-300]	[-200;-150]
NII (rendimento líquido de juros)	[150;200]	[150;200]
Total de receitas	[300;350]	[200;250]
Custos operacionais	[-250;-200]	[-150;-100]
Lucros depois de impostos	[-250;-200]	[-5;0]
ROE (rentabilidade de capitais próprios)	[-30%;-20%]	[-5%;0%]
NIM (margem de juros líquida)	[0%;5%]	[0%;5%]
Relação custo/rendimento	[70%;80%]	[60%;70%]

Após a comparação entre os valores projetados e aqueles que o Banif registou em 2014 e setembro 2015, avançamos no capítulo 7 para a descrição das condições que levaram à venda do banco.

7. Condições da resolução

A janeiro de 2013, o Banif foi recapitalizado pelo Estado português no montante de 1.100 M€. O plano de recapitalização, descrito no [capítulo 5](#), foi temporariamente aprovado pela Comissão Europeia ficando sujeito à apresentação de um plano final a entregar até ao final de março de 2013.

Esse plano foi apresentado a 2 de abril desse ano, com sucessivas correções – ainda em 2013: 10 de abril, 29 de junho, e posteriormente a 4 de fevereiro, 9 de junho e 8 de outubro de 2014.

A 18 de dezembro de 2015, a Comissão Europeia afirma ter dúvidas quanto ao facto do atual plano de reestruturação fornecer uma base sólida que garanta a viabilidade do Banif e de estar em condições de reembolsar ou renumerar devidamente o auxílio estatal.

Tais dúvidas baseavam-se nas seguintes razões:

O plano de reestruturação assentava na separação contabilística e organização interna em segmentos distintos – unidade principal, *non-core* e Banif Mais -, ao mesmo tempo que o financiamento e o capital deveriam ser geridos numa base integrada a nível conjunto. O plano apresentava ainda projeções financeiras para todo o Banif, para os três segmentos internos, essencialmente justificadas pela unidade principal e pela *non-core*, uma vez que representavam mais de 90% dos ativos do Banif.

Para a unidade principal o plano indicava um ROE de [10%;20%] para 2016 e [20%;30%] para 2017. Já para a unidade *non-core*, as projeções indicavam um ROE negativo até 2017. A conjugação dos resultados projetados torna clara que seriam necessárias uma rentabilidade e um ROE excecionalmente elevados na unidade principal de forma a garantir a reposição da viabilidade do Banif.

O regresso aos lucros estava previsto para 2016, através da combinação de aumento de receitas e diminuição de custos. O aumento das receitas prendia-se sobretudo a um aumento contínuo do rendimento líquido de juros, em consequência de uma diminuição das despesas de juro, ao mesmo tempo que os proveitos diminuiriam de forma menos acentuada.

O projeto de plano de reestruturação propunha que o reembolso do auxílio estatal fosse feito através de uma das seguintes formas, sem fornecer uma descrição detalhada e realista de ser realizado:

- Para os 400 M€: um reembolso total dos títulos híbridos até ao final de 2014;
- Para os 700 M€ previam-se três formas:
 - A venda no mercado por Portugal da sua participação no final do período de reestruturação, isto é, após 2017;
 - A distribuição de reservas ou do capital social;
 - A aceleração dos desinvestimentos, tais como a venda a um comprador adequado.

Após intervenção

O primeiro pagamento no valor de 150 M€ referente às *Bonds* é pago em agosto de 2013 e o segundo em abril de 2014, no valor de 125 M€. Logo de seguida, a PwC iniciou uma auditoria financeira no Banif, tendo alertado o BdP para os vários riscos em outubro de 2014.

Ainda neste ano, o Banif é obrigado a construir 120 M€ de imparidades, referentes à exposição à Rio Forte - Caso BES -, o que implicou o não pagamento da última tranche das *CoCos Bonds*.

Entre abril de 2013 e outubro de 2014, o Banif submeteu diversas versões desse plano, nunca aceites pela Comissão Europeia.

A julho de 2015, a Comissão Europeia comunica a decisão de um processo de investigação aprofundado à ajuda estatal. Este processo conclui a existência de diversos desvios aos pressupostos assumidos pelo Banif no plano de reestruturação inicialmente apresentado.

Destacaram-se alguns desvios positivos, entre eles a redução de custos de estrutura e melhoria da posição de liquidez. Contudo, agravado pela evolução da conjuntura económica, houve vários desvios negativos – destacam-se os resultados inferiores aos projetados para 2014. Também o não pagamento total da última tranche dos títulos híbridos, deixou que o Banif ficasse com uma má imagem aos olhos de Bruxelas.

Como consequência do processo de investigação iniciado pela Comissão Europeia e face à possibilidade de vir a ser declarada ilegal e contra os requisitos ao abrigo das regras em matéria de auxílios estatais da UE, os acionistas e a administração do Banif iniciaram um processo de venda voluntária.

Essa venda não foi possível de ser concretizada, pois segundo o BdP todas as propostas apresentadas implicavam um auxílio de Estado adicional. Essa condicionante determinou que a alienação do Banif fosse feita num contexto de resolução. (Banco de Portugal, 2015)

Dia **13 de dezembro** de 2015, a TVI abre o jornal da noite anunciando a resolução do banco. Nos dias seguintes houve uma corrida aos depósitos tendo sido levantados cerca de 900 M€.

No dia seguinte, o Banif lança um comunicado em que nega qualquer cenário de resolução, após as notícias que dão conta de que o Estado se encontrava preparado para interferir no banco.

O BdP decidiu que seria necessária a resolução do Banif, através da venda de uma parte de ativos e passivos a outra entidade e da transferência dos seus ativos depreciados para um veículo de gestão. No seguimento do processo de resolução, tendo em conta que:

- A declaração de uma provável ilegalidade do auxílio de Estado criaria uma gravíssima insuficiência de capital;
- A alienação do Banif apenas seria viável num contexto de resolução;
- O impacto da venda voluntária não sucedida levou a uma degradação acelerada do Banif;

o BdP considerou que a venda da atividade do Banif era a única solução que salvaguardava a estabilidade do sistema financeiro nacional e que protegia as poupanças das famílias e das empresas, como o financiamento à economia. (Banco de Portugal, 2015)

Dia **17 de dezembro**, a CMVM suspendeu a transação de ações do Banif, após estas terem caído até aos 0,2 cêntimos. Neste dia, foi anunciado que existiam várias propostas para a compra do Banif, entre elas os bancos espanhóis Banco Santander Totta e Banco Popular, e a Apollo, sem que fossem divulgados detalhes concretos sobre as mesmas. O governo afirmou querer ter todas as propostas até ao final dessa semana.

Sexta-feira, dia **18 de dezembro**, houve notícias sobre a existência de seis propostas de compra do Banif. Dos espanhóis Banco Santander, do Banco Popular, dos fundos de investimento americanos Apollo e JC flowers e do grupo “the private equity”. Tais propostas teriam que ser avaliadas pelo Governo e pelo BdP até à meia-noite do mesmo dia.

É às 23h30 de dia **20 de dezembro** que é anunciada em todos os meios de comunicação a venda da maior parte dos ativos e passivos do Banif ao Santander Totta por 150 M€ (BST).

BdP e Comissão Europeia, escolheram o BST para adquirir a generalidade da atividade do Banif, cerca de 11,1 mM€ de ativos e passivos, à exceção de ativos problemáticos, por cerca de 150 M€.

Para o veículo de gestão, foram transferidos os ativos e passivos depreciados, com um valor contabilístico líquido de cerca de 2,2 mM€, detido pelo Fundo de Resolução de Portugal, sendo a sua venda o objetivo em fase seguinte. A partir deste momento, o Banif deixaria de existir como banco independente.

Com esta decisão (Lawrei, 2015) a Comissão Europeia aprovou os planos de Portugal para conceder cerca de 2.255 M€ de auxílio estatal que visavam cobrir contingências futuras, dos quais 489 M€ pelo Fundo de Resolução e 1.766 M€ diretamente pelo Estado (Banco de Portugal, 2015). Finalmente, é no relatório SA 43977 (EUROPEAN COMMISSION, 2015d) que a Comissão Europeia aprovou a reestruturação feita em 2013, tendo sido temporária a sua publicação até então e informa o encerramento do processo de investigação que decorria, uma vez que o Banif iria sair do mercado. (EUROPEAN COMMISSION, 2015a).

Regulador e supervisor bancário diz que as consequências “de uma possível declaração de ilegalidade” por parte de Bruxelas ao auxílio do Estado ao Banif, foi um dos principais fatores para se decidir por uma medida de resolução que incluía a venda do banco.

No dia seguinte, **21 de dezembro**, a Euronext informou que o Banif deixaria de integrar o PSI20.

8. Conclusão

O ano de 2008 desencadeou uma crise nos mercados financeiros a nível mundial, que resultou na perda da confiança dos investidores, falta de liquidez nos bancos, afetando famílias, empresas e a economia em geral.

Portugal foi um dos países que sofreu com esta crise, entrando no contexto do mecanismo europeu de estabilização financeira. Foi neste contexto e do seu impacto no setor bancário português, que o Banif foi um dos bancos que sofreu uma reestruturação, analisada ao detalhe neste projeto.

Os principais objetivos desta reestruturação eram:

- Mobilizar 450 M€ em capital privado até junho de 2013;
Em vez disso, o banco mobilizou 240,7 M€ até agosto de 2013, 70,8 M€ até outubro de 2013 e por fim 138,5 M€ em maio de 2014, perfazendo o total dos 450 M€, 11 meses após a data limite imposta;
- Reembolsar os títulos híbridos, 150 M€ a 30 de junho de 2013 – efetuado a agosto de 2013-, 125 M€ a 31 de dezembro de 2013- efetuado a abril de 2014-, e os restantes 125 M€ a 31 de dezembro de 2014, que nunca foram liquidados;
- Este incumprimento não teve como consequência o imposto pela decisão de resgate - a conversão dos títulos híbridos não reembolsados em ações com direitos de votos sem restrição, nem o direito de voto das ações especiais;
- Até final de 2016, repor o Banco como propriedade privada a 100%;
- Manter um rácio mínimo CT1 de 8,8% a partir de 2014, de acordo com as regras de Basileia III;
O Banif apresentou 8,4% e 8,5%, em 2014 e setembro de 2015, respetivamente;
- Reduzir a dependência do financiamento do BCE até ao final de 2017;
De 2013 para 2014, o Banif reduziu em 1,585 mM€ os recursos de Bancos Centrais;
- Reduzir o número de balcões até 2017, ficando com menos de metade em relação a 2012;
- Vender o Banif Mais, até junho de 2017, exceto se a ajuda estatal fosse reembolsada até junho de 2016;
A 12 de dezembro de 2014, o grupo Banif anunciou a venda de 100% do capital do Banif Mais à Cofidis Participations, SA. pela quantia de 410 M€. Esta venda ficou concluída a 4 de junho de 2015;
O Banif Malta e Banif Brasil não foram vendidos até 18 de dezembro de 2015;
- Por fim, reduzir postos de trabalho efetivos até 2017, um decréscimo de 54% em relação a 2012;

As projeções das rubricas de Balanço e Demonstração de Resultados, analisadas em detalhe no [capítulo 6](#), conseguimos reconhecer se foram ou não cumpridas nas tabelas 8.1 e 8.2.

Na análise gráfica a cor verde significa que os dados apresentados se encontram dentro dos limites propostos, a vermelha fora dos limites e, por último, a amarela se se encontram próximas dos limites superior ou inferior do proposto.

Não ter cor significa que não foi possível a sua análise ou ultrapassou os limites, sendo que para a análise feita, foi um desvio positivo ao indicado – casos dos lucros após impostos e respetivamente o ROE que foram positivos a setembro de 2015, ao contrário do projetado no plano de reestruturação.

Tabela 8.1 - Apresentação gráfica das projeções analisadas – Balanço – uni: milhares

Balanço	2014	2015
Empréstimos Brutos	[8.500;9.000]	[7.500;9.000]
Provisões Totais	[-1.500;-1.000]	[-1.500;-1.000]
Ativos do Tesouro	[2.500;3.000]	[2.500;3.000]
Outros Ativos	[2.000;2.500]	[1.500;2.000]
Total do Ativo	[10.000;15.000]	[10.000;15.000]
Depósitos	[6.000;6.500]	[5.500;6.000]
Capitais Próprios	[800;850]	[800;850]
Ativos ponderados pelo risco	[8.000;8.500]	[7.000;7.500]
Rácio empréstimos/depósitos	[120%;130%]	[110%;120%]
CET1	[5%;10%]	[10%;15%]

Tabela 8.2 - Apresentação gráfica das projeções analisadas - Demonstração de Resultados – uni: milhares

Ganhos e perdas	2014	2015
Rendimento de juros	[450;500]	[300;350]
Despesas com juros	[-350;-300]	[-200;-150]
NII (rendimento líquido de juros)	[150;200]	[150;200]
Total de receitas	[300;350]	[200;250]
Custos operacionais	[-250;-200]	[-150;-100]
Lucros depois de impostos	[-250;-200]	[-5;0]
ROE (rentabilidade de capitais próprios)	[-30%;-20%]	[-5%;0%]
NIM (margem de juros líquida)	[0%;5%]	[0%;5%]
Relação custo/rendimento	[70%;80%]	[60%;70%]

É fácil a conclusão. O Banif não conseguiu cumprir o proposto, tendo sido apenas cumpridas as rubricas: total do ativo – em 2014 e setembro de 2015; CT1 – apenas no 2014, apesar de não respeitar a percentagem acima dos 8,8%, de acordo com as regras de Basileia III; e os custos operacionais – em setembro de 2015.

É de salientar o esforço realizado pelo Banif que, apesar das projeções indicarem um intervalo entre -5 M€ e 0€, superou a projeção indicada, apresentando um resultado positivo ao longo dos três primeiros trimestres de 2015 – 6,3 M€, 16,9 M€ nos primeiros dois trimestres, sendo o valor final apresentado de 7,1 M€.

É de difícil projeção a certeza que o Banif concluiria o ano com resultados positivos, uma vez que apresentou melhores resultados a meio do ano.

O projeto de plano de reestruturação propunha ainda que o reembolso do auxílio estatal fosse feito das seguintes formas:

- Para os 400 M€: um reembolso total de todos os títulos híbridos até ao final de 2014;
- Para os 700 M€ previam-se três formas:
 - A venda no mercado por Portugal da sua participação no final do período de reestruturação, isto é, após 2017;
 - A distribuição em reservas ou do capital social;
 - A aceleração dos desinvestimentos, tais como a venda a um comprador adequado;

A situação do Banif foi resolvida com a venda dos seus ativos e passivos ao Santander Totta, venda analisada no [capítulo 7](#) desta trabalho projeto, aprovada pelas autoridades portuguesas e europeias.

Ponto de vista dos clientes

A maioria dos clientes Banif passaram a ser clientes Santander Totta, salvo os clientes possuidores de ativos e passivos que tenham ficado no veículo de gestão – primeiro denominado de Naviget e, posteriormente, de Oitante.

Para a maioria dos clientes não houve alteração das suas rotinas, uma vez que os balcões do Banif foram absorvidos pelo Santander Totta e a passagem para a nova imagem– balcões e cartões – foi feita gradualmente.

Os clientes possuidores de obrigações emitidas pelo Banif, enquanto dívida subordinada do Banif, não foram transferidos para o Santander Totta, pelo que continuaram a ser credores do Banif.

A dívida não subordinada do Banif, nos termos definidos pelo BdP, foi transferida para o Santander Totta, pelo que os obrigacionistas são agora credores do Santander Totta que assumiu a responsabilidade pelo serviço da dívida associada, como se por si tivesse sido emitida. (CMVM, 2016)

Ponto de vista dos acionistas

Segundo o projeto de plano de reestruturação, os principais acionistas suportaram encargos relacionados com riscos assumidos no passado, na sequência de um teste de imparidade dos ativos validado por auditores externos e das restrições em vigor relativamente ao pagamento de dividendos a acionistas privados.

O plano sublinhou ainda que os acionistas atuais viram as suas participações diluídas com a intervenção do Estado. (EUROPEAN COMMISSION, 2015c)

A Oitante não apresenta informação financeira desde a sua data de criação – 20 de dezembro de 2015. Os comunicados oficiais apenas dizem respeito às várias alienações que foram sendo feitas: Açoreana Seguros – 5 de agosto de 2016; Banif – Banco de Investimento – 11 de agosto de 2016; Banif Malta – 4 de outubro de 2016; a participação na Gamma – 6 de janeiro de 2017; participação na Banif Pensões – 13 de janeiro de 2017; e por último, plataforma *servicing* – 4 de abril de 2017. (Oitante, sem data)

Deste modo se concluí este projecto. O Banif falhou na maioria dos objetivos e projeções apresentadas, e consequentemente, na sua reestruturação.

A venda dos seus ativos e passivos ao Banco Santander Totta foi estudada e aprovada pelas várias autoridades, sejam elas europeias ou nacionais, e por esse motivo podemos afirmar que foi a melhor decisão.

9. Referências Bibliográficas

- Aventar (2016) *Aventar.eu*. Disponível em: <https://aventar.eu/cronologia-do-caso-banif/> (Acedido: 14 de Setembro de 2016).
- Banco de Portugal (2015) «Comunicado do Banco de Portugal sobre o Boletim Económico de maio de 2015». Disponível em: <https://www.bportugal.pt/pt-PT/OBancoeoEurosistema/ComunicadoseNotasdeInformacao/Paginas/combpt20150506.aspx>.
- Bancos, A. P. de (sem data) *Associação Portuguesa de Bancos*. Disponível em: http://www.apb.pt/sistema_financeiro/o_que_e/ (Acedido: 1 de Março de 2017).
- Banif SA (2012) *2012 Banif*, S. A .
- Banif SA (2014) *2014 Banif*, S. A .
- Banif SA (2015a) *2015 1º semestre Banif*, S. A .
- Banif SA (2015b) *Informação Trimestral Consolidada 1.º Trimestre de 2015*.
- Banif SA (2015c) *RESULTADOS CONSOLIDADOS Janeiro a Setembro*.
- Banif SGPS (2006) *2006 Banif - SGPS*, S. A .
- Banif SGPS (2008) *2008 Banif - SGPS*, S. A .
- Banif SGPS (2009) *2009 Banif - SGPS*, S. A .
- Banif SGPS (2010) *2010 Banif - SGPS*, S. A .
- Braga, F. (2016) *blog.aese.pt*. Disponível em: <http://blog.aese.pt/2016/03/impactos-da-resolucao-bancaria-a-historia-do-caso-banif/> (Acedido: 1 de Fevereiro de 2017).
- CMVM (2016) *Perguntas Frequentes*. Disponível em: <http://www.cmvm.pt/pt/AreadoInvestidor/Faq/Pages/20160308y.aspx>.
- EUROPEAN COMMISSION (2013) «State aid SA.34662 (2013/N) – Portugal», em, pp. 1–16.
- EUROPEAN COMMISSION (2015a) «Auxílio estatal : Comissão aprova um auxílio adicional até 3 mil milhões de EUR para a resolução do banco português Banif e a venda de ativos ao Banco».
- EUROPEAN COMMISSION (2015b) «Auxílio Estatal SA.36123 (2013/N) – Portugal», em, pp. 1–24.
- EUROPEAN COMMISSION (2015c) «Jornal oficial da União Europeia C 426», C 426.
- EUROPEAN COMMISSION (2015d) «State aid SA.43977 (2015/N) – Portugal», em, pp. 1–44.
- História_de_Tudo (sem data) *www.historiadetudo.com*. Disponível em: <http://www.historiadetudo.com/> (Acedido: 14 de Abril de 2017).
- INE (sem data). Disponível em: <http://www.ine.pt>.
- ISEG (sem data) «Introdução Noção do Subprime Causas da crise Noção de “ subprime ”», pp. 1–14. Disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~rmgaspar/Workshop/Subprime.pdf>.
- Lawrei (2015) *Ajuda estatal: Comissão autoriza temporariamente a recapitalização de emergência do banco português Banif*. Disponível em: <http://lawrei.eu/caso-banco-banif/2015/12/21/auxilio-estatal-comissao-aprova-um-auxilio-adicional-ate-3-mil-milhoes-de-eur-para-a-resolucao-do-banco->

portugues-banif-e-a-venda-de-ativos-ao-banco-santander-totta/ (Acedido: 20 de Maio de 2017).

Mota, A. G. e Custódio, C. (2012) *Finanças da Empresa Manual de informação análise e decisão financeira para executivos*. 7^a. bnomics.

Neves, J. C. das (2011) *Introdução à Economia*. Verbo.

Oitante (sem data) <http://www.oitante.net/>. Disponível em: <http://www.oitante.net/pt/comunicados> (Acedido: 17 de Junho de 2017).

Pordata (sem data). Disponível em: <http://www.pordata.pt/Europa>.

www.bportugal.pt/ (sem data). Disponível em: <https://www.bportugal.pt/>.

10. Anexos

Balanço

	2005	2005R	2006	2007	2008	2009	2010	2010R	2011	2012	2012R	2013	2014	mar-15	jun-15	set-15
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	385.827	385.827	323.050	276.824	313.199	306.519	118.734	118.734	288.078	184.109	184.109	152.343	113.805	83.293	120.100	67.200
Disponibilidades em outras instituições de crédito	155.831	155.837	112.504	118.535	149.231	200.657	217.814	217.814	183.769	210.089	210.089	186.777	102.878	97.871	76.900	124.100
Activos financeiros detidos para negociação	103.928	103.928	165.091	253.447	277.124	352.487	461.311	461.311	256.614	214.725	214.725	40.086	65.082	86.386	35.900	34.800
outros activos financeiros ao justo valor através e resultado	598.139	598.139	447.735	285.731	248.046	470.314	393.508	393.508	203.646	79.287	79.287	73.686	48.814	49.660	49.400	51.700
Activos financeiros disponíveis para venda	24.343	24.343	33.914	218.537	159.476	105.371	294.410	294.410	561.488	755.566	755.566	1.782.041	1.960.821	1.994.324	1.968.000	1.978.800
Aplicações em instituições de crédito	470.945	470.945	490.278	189.831	149.668	322.114	491.022	491.022	648.671	367.520	367.520	117.487	250.767	271.582	248.600	351.300
Crédito a clientes	6.155.600	6.149.191	7.045.740	8.619.775	10.336.949	11.487.864	12.206.254	12.206.254	11.135.315	9.815.981	9.807.382	7.969.025	6.854.997	6.670.918	6.637.300	6.564.700
Investimentos detidos até à maturidade	1.486	1.486	1.075	0	84.003	80.399	63.939	63.939	53.506	36.284	36.284	12.081	5.461	5.509	5.600	5.600
Activos com acordo de recompra	6.822	6.822	14.301	31.131	91.283	36.500	51.004	51.004	72.347	26.223	26.223	0	26.901	27.065	36.100	38.000
Derivados de cobertura	0	0	0	0	0	884	0	0	0	0	0	0		0	0	0
Activos não correntes detidos para venda	58.398	58.398	61.400	68.404	8.633	85.552	167.456	167.456	267.678	403.134	403.134	1.606.951	2.154.661	2.083.426	1.502.600	1.367.400
Propriedades de investimento	8.141	8.141	8.614	9.042	107.990	199.808	272.591	272.591	844.026	924.357	924.357	827.576	736.544	736.403	712.500	697.700
Outros activos tangíveis	150.313	156.818	174.114	185.403	262.538	286.682	269.957	269.957	369.192	307.025	307.025	247.689	207.345	198.488	184.700	181.400
Activos intangíveis	21.191	21.316	27.490	26.731	29.034	28.522	23.063	23.063	27.456	26.264	26.264	17.076	13.413	12.734	12.000	11.200
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolida	39.552	39.552	32.225	109.612	107.375	115.257	151.280	151.280	155.670	118.630	118.630	129.630	146.308	151.427	55.500	55.600
Activos por impostos correntes	11.984	11.984	14.562	32.982	30.801	24.829	27.104	27.104	25.067	17.216	17.216	3.417	1.578	1.619	800	1.400
Activos por impostos diferidos	19.578	19.578	13.017	20.022	41.874	59.535	72.697	72.697	151.179	248.598	251.756	240.447	266.204	251.707	287.200	289.100
Provisões técnicas de resseguro cedido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0		
Outros activos	142.281	143.299	185.904	314.953	479.392	278.911	428.548	417.991	579.412	257.285	257.285	197.180	169.915	220.196	176.900	136.100
Devedores por seguro e resseguro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0		
Outros activos	142.281	143.299	185.904	314.953	479.392	278.911	428.548	417.991	579.412	257.285	257.285	197.180		220.196		
Total do Activo	8.354.359	8.355.604	9.151.014	10.760.960	12.876.616	14.442.205	15.710.692	15.700.135	15.823.114	13.992.293	13.986.852	13.603.492	13.125.494	12.942.608	12.110.100	11.956.100

Recursos de Bancos Centrais	0	0	0	0	965.843	1.196.559	1.938.147	1.938.147	2.484.286	2.804.084	2.804.084	3.077.603	1.493.682	1.729.167	1.669.300	1.404.500
Passivos financeiros detidos para negociação	30.261	30.261	27.344	44.747	41.934	84.330	145.259	145.259	89.048	116.204	116.204	28.785	30.423	33.831	34.400	30.700
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	350.084	350.084	430.835	377.443	267.196	220.249	118.886	118.886	80.946	14.017	14.017	12.393	12.795	12.882	12.800	12.800
Recursos de outras instituições de crédito	1.417.151	1.417.396	1.565.715	1.777.023	2.081.009	1.813.496	1.286.879	1.286.879	1.088.515	689.101	689.101	348.651	882.564	444.678	359.800	397.700
Recursos de clientes e outros empréstimos	4.076.870	4.076.870	4.426.887	5.331.498	6.514.863	6.801.474	7.840.050	7.840.050	8.030.692	7.750.430	7.750.430	6.303.280	6.499.287	6.253.093	6.270.700	6.182.100
Responsabilidades representadas por títulos	1.599.913	1.599.913	1.530.482	1.702.673	1.385.895	2.256.935	2.380.021	2.380.021	2.349.156	1.706.431	1.711.568	1.258.070	1.645.607	1.832.321	1.467.700	1.794.900
Passivos financeiros associados a activos transferidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Derivados de cobertura	0	0	0	0	0	2.606	1.303	1.303	130	0	0	0	0	0	0	0
Passivos não correntes detidos para venda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	994.338	1.130.021	1.073.729	892.200	786.700
Provisões	21.274	21.274	13.892	16.564	13.224	14.881	15.230	15.230	15.405	31.285	31.285	13.365	10.925	11.016	9.700	9.700
Provisões Técnicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivos por impostos correntes	8.610	8.610	10.469	33.739	6.810	8.448	10.850	10.850	14.290	5.854	5.854	5.366	3.857	4.241	19.500	18.600
Passivos por impostos diferidos	13.747	14.202	9.361	61.497	16.415	24.687	32.211	32.211	51.687	63.059	63.059	48.369	66.216	56.796	50.000	56.400
Instrumentos representativos de capital	0	0	0	0	0	47.975	45.651	45.651	43.891	2.009	2.009	260.058	130.158	127.237	130.300	127.200
Outros passivos subordinados	241.406	241.406	367.774	353.856	323.105	322.483	268.178	268.178	218.540	228.114	228.114	154.318	181.557	266.303	268.800	268.100
Outros passivos	121.792	125.242	168.399	271.796	397.552	468.156	349.150	427.287	421.612	205.549	205.549	219.323	234.916	314.172	228.500	191.400
Credores por seguro directo e resseguro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
outros passivos	121.792	125.242	168.399	271.796	397.552	468.156	349.150	427.287	421.612	205.549	205.549	219.323		314.172		
Total do Passivo	7.881.108	7.885.258	8.551.158	9.970.836	12.013.846	13.262.279	14.431.815	14.509.952	14.888.198	13.616.137	13.621.274	12.723.919	12.322.008	12.159.466	11.413.700	11.280.800
Capital	200.000	200.000	250.000	250.000	350.000	490.000	570.000	570.000	570.000	570.000	570.000	1.582.195	1.720.700	1.720.700	1.720.700	1.720.700
Prémios de emissão	58.214	58.214	78.214	78.214	78.214	104.114	104.114	104.114	104.114	104.565	104.565	199.765	199.765	199.765	199.800	199.800
Outros instrumentos de capital	0	0	0	0	0	95.900	95.900	95.900	95.900	95.900	95.900	0	0	0	0	0
(acções próprias)	-281	-281	-1.334	-203	-764	-1.035	-1.043	-1.043	-1.086	-124	-124	-6	-3	-4		
Reservas de reavaliação	33.279	33.279	16.581	76.073	-24.539	6.645	-10.572	-31.258	-52.004	-2.141	-2.141	-18.774	61.458	39.372	-11.100	-22.300
Outras reservas e resultados transitados	22.996	22.996	64.084	109.897	121.221	192.053	243.328	246.265	276.471	100.100	97.365	-483.031	-952.246	-1.246.874	-1.245.900	-1.248.600
Resultado do exercício	60.865	57.960	78.096	101.084	59.237	54.075	33.426	34.358	-161.583	-576.353	-584.196	-470.273	-295.361	6.502	16.100	6.200
(dividendos antecipados)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Interesses que não controlam	98.178	98.178	114.215	175.059	279.401	238.174	243.724	171.847	103.104	84.209	84.209	69.697	69.173	63.681	16.800	19.500
Total do Capital	473.251	470.346	599.856	790.124	862.770	1.179.926	1.278.877	1.190.183	934.916	376.156	365.578	879.573	803.486	783.142	696.400	675.300
Total do Passivo + Capital	8.354.359	8.355.604	9.151.014	10.760.960	12.876.616	14.442.205	15.710.692	15.700.135	15.823.114	13.992.293	13.986.852	13.603.492	13.125.494	12.942.608	12.110.100	11.956.100

Demonstração de Resultados Consolidados

	2005	2005R	2006	2007	2008	2009	2010	2010R	2011	2012	2012R	2013	2013 R	2014	mar-15	jun-15	set-15
Juros e rendimentos similares	485.271	485.271	658.759	700.918	944.302	772.926	750.988	750.988	910.154	794.701	647.920	491.200	435.769	369.374	74.489	147.800	217.200
Juros e encargos similares	-282.352	-282.728	-444.800	-461.854	-675.014	-484.432	-402.856	-402.856	-632.879	-621.929	-542.857	-366.538	-353.868	-284.847	-49.571	-91.900	-129.400
Margem Financeira	202.919	202.543	213.959	239.064	269.288	288.494	348.132	348.132	277.275	172.772	105.063	124.662	81.901	84.527	24.918	55.900	87.800
Rendimentos de instrumentos de capital	1.394	1.394	2.409	2.800	2.883	1.524	905	905	753	2.439	2.396	2.447	2.447	788	52	400	500
Rendimentos de serviços e comissões	63.532	63.532	79.669	106.998	116.249	125.975	145.218	145.218	139.696	119.229	111.270	94.694	83.974	81.407	19.240	34.900	55.500
Encargos com serviços e comissões	-12.483	-12.483	-11.034	-12.230	-13.437	-14.858	-23.143	-23.143	-29.332	-34.312	-29.537	-22.271	-20.894	-16.756	-2.138		
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultado	9.955	9.955	10.925	8.863	23.136	-28.377	452	452	-2.049	-11.154	-10.087	-5.665	-5.764	-12.799	1.266		
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	0	0	2.628	53.287	63.996	22.508	13.130	13.130	-2.337	-1.655	-1.891	37.820	37.820	114.198	41.966	44.500	46.600
Resultados de reavaliação cambial	1.537	1.537	3.563	6.177	-19.989	41.577	10.778	10.778	3.254	-6.444	-199	-1.276	-833	-2.538	1.661		
Resultados de alienação de outros activos	3.081	3.081	6.046	9.398	1.786	5.544	2.895	2.895	50.862	6.172	-951	-16.361	-13.741	25.491	-661		
Prémios líquidos de resseguros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Custos com sinistros líquidos de resseguros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Outros resultados de exploração	31.447	36.045	34.846	29.411	26.131	66.666	54.097	52.936	123.467	-62.855	-37.904	-19.937	-24.342	-66.330	3.325	-18.900	-19.800
Produto Bancário	301.382	305.604	343.011	443.768	470.043	509.053	552.464	551.303	561.589	184.192	138.160	194.113	140.568	207.988	89.629	116.800	170.600
Custos com o pessoal	-93.556	-94.835	-112.644	-136.323	-162.606	-170.407	-184.906	-183.974	-184.133	-175.646	-147.680	-128.310	-119.596	-128.195	-24.384	-49.600	-73.400
Gastos gerais administrativos	-70.189	-71.208	-83.869	-105.470	-134.239	-127.130	-144.176	-144.176	-141.948	-118.745	-92.846	-82.335	-67.527	-55.394	-11.468	-24.500	-36.700
Amortizações do exercício	-16.168	-18.086	-22.576	-26.750	-31.285	-34.668	-37.327	-37.327	-35.546	-33.585	-30.925	-26.129	-25.117	-18.717	-3.678	-7.100	-10.300
Resultado Operacional	121.469	121.475	123.922	175.225	141.913	176.848	186.055	185.826	199.962	-143.784	-133.291	-42.661	-71.672	5.682	50.099	35.600	50.200
Provisões líquidas de reposições e anulações	-4.585	-4.585	-1.597	-5.938	-1.791	-2.993	1.121	1.121	-3.880	-6.977	-6.883	-180	-190	1.264	977	1.100	1.100
Imparidade do Crédito líquida de reversões e recuperações	-33.674	-33.674	-31.486	-27.407	-53.707	-112.178	-107.944	-107.944	-342.276	-410.743	-317.800	-298.323	-295.888	-171.837	-14.887		
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	-6.141	-6.141	864	-818	-2.713	-19.244	-5.113	-5.113	-3.771	-37.108	-37.139	-7.418	-7.652	-41.951	25	-29.100	-57.600
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	-2.654	-5.559	-1.560	2.055	-5.046	-1.257	-12.005	-12.005	-27.832	-77.053	-71.312	-60.178	-61.014	-59.314	-13.614	-1.400	-2.000
Diferenças de consolidação negativas	0	0	0	510	0	41.533	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-24.600	-21.600
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	8.187	8.187	9.287	11.448	3.282	-16.042	-4.039	-4.039	-2.426	1.080	1.080	826	826	-22.391	-1.799	1.900	3.600
Resultado antes de imposto	82.602	79.703	99.430	155.075	81.938	66.667	58.075	57.846	-180.223	-674.585	-565.345	-407.934	-435.590	-288.547	20.801	-16.500	-26.300
Impostos	-17.855	-17.861	-18.379	-38.271	-15.175	-471	-13.904	-13.904	26.922	96.956	61.623	34.779	40.703	12.513	-11.220	-3.000	-1.700
Correntes	-13.480	-13.486	-18.135	-45.076	-27.582	-12.555	-13.022	-13.022	-23.838	-9.938	-7.964	-14.468	-9.969	-7.780	-1.724		
Diferidos	-4.375	-4.375	-244	6.805	12.407	12.084	-882	-882	50.760	106.894	69.587	49.247	50.672	20.293	-9.496		
Resultado após impostos	64.747	61.842	81.051	116.804	66.763	66.196	44.171	43.942	-153.301	-577.629	-503.722	-373.155	-394.887	-276.034	9.581	-19.500	-28.000
do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-81.750	-96.869	-75.137	-18.252	-3.210	36.400	35.100
Interesses minoritários	-3.882	-3.882	-2.955	-15.720	-7.526	-12.121	-10.745	-9.584	-8.282	1.276	1.276	-249	-249	-1.075	131	-800	-900
Resultado Líquido do exercício	60.865	57.960	78.096	101.084	59.237	54.075	33.426	34.358	-161.583	-576.353	-584.196	-470.273	-470.273	-295.361	6.371	16.900	7.100

Crédito a Clientes

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2012R	2013	2014	mar-15	jun-15	set-15
Empresas													3.154.000	3.202.000
Contas Correntes	1.183.707	1.197.014	1.393.711	1.791.105	1.837.912	1.858.327	1.587.583	1.104.893	1.104.893	731.644	142.949	134.827		
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	350.152	442.532	393.288	460.229	326.298	281.340	185.865	147.528	147.528	161.505	116.071	116.565		
Empréstimos	777.593	1.225.582	1.705.994	2.211.076	2.540.690	2.616.700	2.591.433	2.434.681	2.434.681	2.353.412	2.428.809	2.418.609		
Descobertos	84.187	82.469	102.022	117.804	80.385	90.604	75.157	43.617	43.617	42.877	32.939	26.166		
Factoring	149.340	150.801	142.360	173.287	195.475	172.284	182.273	178.406	178.406	103.112	97.354	67.489		
Locação Financeira	322.228	351.120	406.749	441.047	452.338	389.884	327.180	239.207	239.207	176.569	115.992	118.911		
Outros	287.557	114.186	209.553	258.760	329.346	331.172	189.422	269.684	269.684	80.318	85.178	26.577		
Particulares														
Habitação	1.838.975	2.371.651	2.371.526	2.854.648	3.150.477	3.369.796	3.387.901	3.252.752	3.252.752	2.889.509	2.741.445	2.693.674	2.642.000	2.604.000
Consumo	256.551	338.328	412.983	439.441	945.421	1.064.837	925.414	671.395	671.395	523.157	165.544	163.839	163.000	164.000
Empréstimos	426.462	263.905	834.878	691.149	562.079	668.146	641.317	620.080	620.080	490.290	365.034	374.187		
Crédito em Conta Corrente	127.289	238.795	292.256	201.261	208.376	201.571	166.529	135.671	135.671	91.958	45.440	26.699		
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	63.791	40.302	41.455	36.281	26.819	17.877	10.675	5.990	5.990	4.425	2.476	2.604		
Locação Financeira				59.880	135.634	91.959	18.887	20.601	20.601	17.626	0	0		
Descobertos	38.554	49.436	61.157	50.521	48.128	54.256	45.781	35.762	35.762	22.645	22.859	24.949		
Outros	244.617	157.126	97.225	125.701	181.389	244.609	193.262	156.433	156.433	33.052	122.620	133.339	540.000	443.000
													1.159.000	1.199.000
Outros créditos e valores a receber (titulados)	1.636	35.099	59.646	279.150	249.041	440.737	322.440	187.743	187.743	181.096	264.383	237.968		
Crédito a clients - titularizado														
Crédito e juros vencidos	103.070	118.445	244.726	329.760	679.087	831.401	1.064.469	1.343.500	1.343.500	1.177.059	1.115.593	1.134.709		
Rendimentos a receber	34.233	45.523	58.214	80.051	72.056	91.012	94.854	78.302	69.703	61.304	51.816	55.680		
Despesas com rendimento diferido	2.317	2.593	6.118	9.967	0	0	468	219	219	69	12	0		
Receitas com rendimento diferido	-7.645	-14.426	-17.693	-20.455	-15.888	-15.401	-13.557	-12.719	-12.719	-12.386	-10.859	-11.130		
Imparidade em Crédito Concedido	-135.423	-164.740	-196.393	-253.714	-517.199	-594.857	-813.531	-1.097.764	-1.097.764	-1.160.217	-1.050.658	-1.074.744	0	0
	6.149.191	7.045.741	8.619.775	10.336.949	11.487.864	12.206.254	11.183.822	9.815.981	9.807.382	7.969.024	6.854.997	6.670.918	7.658.000	7.612.000

Recursos de Clientes e Outros Empréstimos

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	mar-15	jun-15	set-15
Depósitos											6.253.000		6.182.000
À vista	1.635.473	1.566.179	1.584.554	1.415.660	1.281.592	1.647.748	2.290.260	1.336.966	1.148.129	1.427.115		1.702.068	
A prazo	2.160.848	2.585.659	3.331.229	4.499.332	4.846.045	5.521.242	5.129.346	5.627.064	3.966.632	3.842.326		3.390.184	
Poupança	205.880	203.648	200.496	181.801	117.128	108.826	90.309	96.998	62.282	62.173		60.745	
Outros	30.260	35.461	113.919	334.884	498.252	409.842	439.886	601.253	1.069.908	1.118.907		1.087.126	
	4.032.461	4.390.947	5.230.198	6.431.677	6.743.017	7.687.658	7.949.801	7.662.281	6.246.951	6.450.521	6.253.000	6.240.123	6.182.000
Outros débitos													
Empréstimos	26.775	15.947	65.273	19.234	16.679	100.908	808	1.081	1.021	1.315		906	
Outros	17.634	19.993	36.027	63.952	41.778	51.484	80.083	87.068	55.308	47.451	232.000	29.704	218.000
	44.409	35.940	101.300	83.186	58.457	152.392	80.891	88.149	56.329	48.766	232.000	30.610	218.000
	4.076.870	4.426.887	5.331.498	6.514.863	6.801.474	7.840.050	8.030.692	7.750.430	6.303.280	6.499.287	6.485.000	6.270.733	6.400.000

Operações de Capital Próprio

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Capital	200.000	250.000	250.000	350.000	490.000	570.000	570.000	570.000	1.582.195	1.720.700
Prêmios de emissão	58.214	78.214	78.214	78.214	104.114	104.114	104.114	104.565	199.765	199.765
Outros instrumentos de capital				0	95.900	95.900	95.900	95.900	0	
Acções próprias	-281	-1.334	-203	-749	-1.035	-1.043	-1.086	-124	-6	-3
Reservas de reavaliação	33.279	16.581	76.073	-24.539	6.645	-10.572	-52.004	-2.141	-18.774	61.458
Reserva Legal			21.422	25.910	28.881	30.091	31.527	50.727	50.727	50.727
Outras reservas e resultados transitados (livres)	22.996	64.084	109.897	95.311	163.172	213.237	244.944	49.373	-533.758	-1.002.973
Resultado do exercício	57.960	78.096	101.084	59.237	54.075	33.426	-161.583	-576.353	-470.273	-295.361
Interesses que não controlam	98.178	114.215	175.059	279.401	238.174	243.724	103.104	84.209	69.697	69.173
	470.346	599.856	811.546	862.785	1.179.926	1.278.877	934.916	376.156	879.573	803.486